

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
MESTRADO ACADÊMICO

NÍCOLAS KÜPER NÓBREGA

**O DETERMINISMO E O ‘PRINCÍPIO DE POSSIBILIDADES ALTERNATIVAS’
(PPA): HARRY FRANKFURT E A QUERELA ‘DETERMINISMO’ OU
‘LIVRE-ARBÍTRIO’**

RECIFE
2024

NÍCOLAS KÜPER NÓBREGA

**O DETERMINISMO E O ‘PRINCÍPIO DE POSSIBILIDADES ALTERNATIVAS’
(PPA): HARRY FRANKFURT E A QUERELA ‘DETERMINISMO’ OU
‘LIVRE-ARBÍTRIO’**

Trabalho de Conclusão de Mestrado apresentado à
Universidade Católica de Pernambuco, como parte
das exigências para obtenção do título de mestre em
Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Vaz-Curado Ribeiro de
Menezes Costa

RECIFE

2024

N754d

Nóbrega, Nicolás Küper.

O determinismo e o 'Princípio de Possibilidades Alternativas' (PPA) : Harry Frankfurt e a querela 'determinismo' ou 'livre-arbítrio'/ Nicolás küper
Nóbrega, 2024.
62 f.

Orientador: Danilo Vaz-Curado R. de Menezes Costa.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Filosofia.
Mestrado em Filosofia, 2024.

1. Livre arbítrio e determinismo. 2. Ética.
3. Frankfurt, Harry G., 1929-2023. I. Título.

CDU 123.2

Luciana Vidal-CRB-4/1338

TERMO DE APROVAÇÃO

NÍCOLAS KÜPER NÓBREGA

O DETERMINISMO E O ‘PRINCÍPIO DE POSSIBILIDADES ALTERNATIVAS’ (PPA): HARRY FRANKFURT E A QUERELA ‘DETERMINISMO’ OU ‘LIVRE-ARBÍTRIO’

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) para obtenção do título de Mestre em Filosofia. A presente dissertação foi defendida e aprovada em 20 de dezembro de 2024 pela banca examinadora constituída pelos professores doutores:

Documento assinado digitalmente
 **DANILO VAZ CURADO RIBEIRO DE MENEZES COSTA**
Data: 27/03/2026 10:08:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador(a) e Presidente da Banca: Prof. Dr.
Danilo Vaz-Curado Ribeiro de Menezes Costa

Documento assinado digitalmente
 **JOSE MARCOS GOMES DE LUNA**
Data: 28/03/2026 10:40:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Tirular Interno(a) – Prof. Dr. José Marcos Gomes de
Luna

Documento assinado digitalmente
 **PEDRO GERALDO APARECIDO NOVELLI**
Data: 30/03/2026 18:20:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Titular Externo(a) – Prof. Dr. Pedro Geraldo
Aparecido Novelli

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família e amigos,
por seu apoio eterno. Também a D^a Patrícia
Brazil, mãe de Vini. Ele também está aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, pela qual nunca me faltou suporte ou cuidado. A meu pai, Degislando Nóbrega de Lima, por continuar me apoiando nos momentos difíceis e por não desistir de mim. A minha mãe, Veronika Henriette Antonia Küper Nóbrega, por sempre estar lá para me escutar e aconselhar. A D^a Clemens e D^a Bena, por cada risada e xícara de café. E a minha esposa, Susana Teixeira Mota, por dividir comigo sua força de vontade.

Agradeço à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), que subsidiou esses dois anos de pesquisa com a bolsa de pós-graduação, sem a qual não seria possível realizar este trabalho. Agradeço especialmente ao Prof. Dr. Danilo Vaz-Curado, Diretor da Escola de Educação e Humanidades da Universidade Católica de Pernambuco, por ver em mim as qualidades necessárias para este projeto e garantir meu acesso à bolsa necessária para fazer o mestrado e por, na capacidade de orientador, guiar-me em todas as minhas dificuldades. Sem sua paciência, otimismo e fé em seus orientandos, este trabalho não existiria.

Agradeço também a todos os professores do programa de pós-graduação em filosofia da Universidade Católica de Pernambuco pelos momentos didáticos determinantes em minha jornada, por menores que possam ter parecido aos mesmos. A Prof. Dra. Eleonoura Enoque da Silva, coordenadora do programa, por sua gentileza e empatia dentro e fora da sala de aula. Ao Prof. Dr. Delmar Araujo Cardoso, por sua excelência pedagógica. Ao Prof. Dr. Ermano Rodrigues do Nascimento, pelas oportunidades ofertadas e grande paciência ao longo do curso. Ao Prof. Dr. Nilo Ribeiro Júnior, pelo seu grande interesse em nossas contribuições e seu empenho em nos levar além das demandas do programa. Ao Prof Dr José Marcos Gomes de Luna, pelo apoio nesta jornada e por aceitar participar da qualificação, ao Prof Dr Pedro Geraldo Aparecido Novelli da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Campus de Marília, por aceitar o convite da qualificação, e ao Prof. Dr. José Tadeu Batista de Souza, pelos cigarros e mais ainda pelas conversas que os acompanhavam.

Por fim, agradeço aos amigos que fizeram parte de minha jornada nos dois anos que compõe esta produção. A Ernandes, Carlos e Luiza, pelas amizades sinceras. Ao digníssimo Pe. Lúcio por toda vez que nos alegrou com sua vinda. Ao Prof. Tales Macedo, pelo carinho em cada abraço. Ao Prof. Alberto Luiz, por me infectar com o absurdo. E ao Namaenonai Sentai e todos os nossos amigos, que várias vezes me deram a razão que eu precisava para continuar.

RESUMO

No presente trabalho defenderei o argumento de que o *Princípio de Possibilidades Alternativas* como explicitado por Harry Frankfurt em *The Importance of What We Care About* ainda é um bom argumento para as questões inerentes ao debate da querela entre o determinismo e o livre arbítrio. O debate entre determinismo e livre arbítrio está no coração da natureza humana e das perguntas centrais da filosofia, ou seja, a pergunta, “o que é o homem?” traz consigo a pergunta se o homem é livre ou não, se ele é um animal como os demais, ou se possui um dado específico que pode de algum modo distingui-lo da natureza da qual participa. Para a construção e defesa do argumento da presente dissertação avaliarei os argumentos e intuições de Harry Frankfurt sob a luz das conclusões de caráter determinista implícito encontradas na obra-prima de Pierre-Simon de Laplace, *Ensaio Filosófico Sobre as Probabilidades*. A sub hipótese que anima o encontro de Laplace com Harry Frankfurt é que a teoria probabilística ilumina a teoria da segunda volição em Harry Frankfurt. O trabalho de pesquisa apresentará uma análise do conceito de determinismo, estabelecendo algumas de suas modalidades e defensores, particularmente a partir das observações matemáticas de Laplace e suas implicações para a querela determinismo e livre-arbítrio. A pesquisa apresentará ainda uma análise dos conceitos de ação e liberdade de Harry Frankfurt em *The Importance of What We Care About*, pontuada pelos diálogos e debates que a obra oportunizou, em especial centrando em defender à luz da teoria da 2ª volição o conceito de Possibilidades Alternativas como relevante para a explicitação da presença ou não da liberdade nos seres humanos. Como é ordinário em pesquisas filosóficas se utilizará do método hermenêutico de análise conceitual qualitativa com especial ênfase nas obras originais em cotejo com a bibliografia especializada sobre o tema. Espera-se que a presente pesquisa possa auxiliar no esclarecimento acerca da liberdade humana, dum ponto vista filosófico, com especial relevância para a capacidade de atribuição de responsabilidade pelos nossos atos.

Palavras-Chave: determinismo lógico, livre-arbítrio, ação livre de Frankfurt, princípio das possibilidades alternativas.

ABSTRACT

In the present work, I will defend the argument that the Principle of Alternate Possibilities, as elucidated by Harry Frankfurt in "The Importance of What We Care About," is still a valid argument for the inherent issues in the debate between determinism and free will. The debate between determinism and free will lies at the heart of human nature and the central questions of philosophy, namely, the question, "what is man?" carries with it the question of whether man is free or not, whether he is an animal like the others, or whether he possesses a specific attribute that can in some way distinguish him from the nature in which he participates. For the construction and defense of the argument of this dissertation, I will evaluate Harry Frankfurt's arguments and intuitions in light of the implicitly deterministic conclusions found in Pierre-Simon de Laplace's masterpiece, "Philosophical Essay on Probabilities." The underlying hypothesis driving Laplace's encounter with Harry Frankfurt is that probabilistic theory sheds light on Frankfurt's theory of second-order volition. The research work will present an analysis of the concept of determinism, establishing some of its modalities and proponents, particularly based on Laplace's mathematical observations and their implications for the determinism-free will debate. The research will also provide an analysis of Harry Frankfurt's concepts of action and freedom in "The Importance of What We Care About," punctuated by the dialogues and debates that the work has engendered, especially focusing on defending, in light of the theory of second-order volition, the concept of Alternate Possibilities as relevant for the elucidation of the presence or absence of freedom in human beings. As it is customary in philosophical research, the hermeneutic method of qualitative conceptual analysis will be employed, with special emphasis on original works juxtaposed with specialized bibliography on the subject. It is hoped that this research can contribute to clarifying human freedom from a philosophical standpoint, with particular relevance to the capacity for attributing responsibility for our actions.

Keywords: logical determinism, free will, Frankfurt's theory of free action, principle of alternate possibilities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
A QUERELA DO DETERMINISMO E LIVRE-ARBÍTRIO.....	13
1 DETERMINISMO.....	13
1.1 DETERMINISMO NA HISTÓRIA OCIDENTAL.....	15
1.1.1 ANTIGUIDADE.....	15
1.1.3 MODERNIDADE.....	19
1.2 A GRAMÁTICA DO PROBLEMA.....	23
1.2.1 DETERMINISMO LÓGICO.....	24
1.2.1.1 FATALISMO.....	25
1.2.2 DETERMINISMO SOCIAL.....	25
1.2.3 DETERMINISMO CIENTÍFICO.....	26
1.2.3.1 DETERMINISMO BIOLÓGICO.....	27
1.2.3.2 DETERMINISMO FÍSICO.....	29
1.3 DETERMINISMO LAPLACIANO.....	31
1.4 UMA FILOSOFIA MORAL LAPLACIANA.....	34
CAPÍTULO 2.....	36
2. COMPATIBILISMO.....	36
2.1 O PROBLEMA DO LIVRE ARBÍTRIO E DETERMINISMO.....	37
2.2 O COMPATIBILISMO.....	39
2.3 CRÍTICAS AO COMPATIBILISMO.....	42
2.4 TER ESCOLHAS NÃO IMPLICA SER LIVRE?.....	43
2.5 PRINCÍPIO DAS POSSIBILIDADES ALTERNATIVAS - PPA.....	45
2.5.1 OS CASOS DE FRANKFURT.....	49
CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60

INTRODUÇÃO

O livre-arbítrio, conceito fundamental do *ethos* Ocidental, já é tema de debate há milênios na Filosofia (AGOSTINHO, 1995; AQUINO, 2005 e 2009; DENNET, 2003; DESCARTES, 2005; FRANKFURT, 2007; FREDE, 2011; HOBBS, 2014; HUME, 2000 e 2003; LAURENTI, 2008; MERLUSSI et al, 2021; PRUSKI, 2022; SAMPAIO, 2005; VAN INWAGEN, 1974; VIHVELIN, 2013). Sua existência e natureza são questões basilares para a formação de noções de responsabilidade moral, teorias de ação e a natureza humana, atraindo críticos e defensores ao longo da História.

Um ponto em comum dos tratados acerca do tema costuma ser o reconhecimento, expresso ou tácito, de uma ligação inevitável entre o livre-arbítrio e a responsabilidade moral (O’CONNOR e FRANKLIN, 2022), que pode ser melhor expressada na máxima kantiana, aqui parafraseada como “*dever implica poder*” (KANT, 2013). Uma vez que não se costuma atribuir responsabilidade moral a um indivíduo por atitudes sobre as quais ele não teve controle, e como argumentos e debates acerca do livre-arbítrio em última instância são debates sobre o controle do indivíduo sobre suas ações, resoluções acerca da existência ou não de um livre-arbítrio abarcado material ou ao menos logicamente afetarão todas as concepções de responsabilidade moral do ser humano.

Um forte ponto de choque para os defensores do livre-arbítrio é outro conceito importante no pensamento filosófico, o determinismo. Platão (HECHT, 2014), Santo Agostinho (HECHT, 2014), Hume (2000, 2003), Hobbes (2003), entre outros, assim como pensadores contemporâneos (SKINNER, 1974; INWAGEN, 1975, 1983; WATSON, 1975; PEREBOOM, 1995, 2001; GINET, 1996; FREDE, 2011; WALLER, 2020), trataram deste tema com graus variados de interesse, uns dedicando apenas parcelas de seus trabalhos para dar suas definições e meditações pessoais sobre o tema, e outros dando foco aprofundado ao mesmo ao longo de vários anos de suas carreiras.

Muitas vezes derivado do Princípio da Causalidade (HOEFER, 2023), o determinismo lógico, entendendo todo evento como determinado por uma causa anterior, implicitamente nega a possibilidade de haver livre-arbítrio, uma vez que as decisões humanas, sendo eventos, também estão ligadas a eventos anteriores, e não a movimentos espontâneos da mente humana. Embora não tenha discutido a relação do determinismo e livre-arbítrio diretamente, Pierre-Simon de Laplace (2010), em seu extenso aprofundamento quanto à probabilidade, apresenta um forte argumento

lógico-determinístico, coloquialmente conhecido como o “demônio de Laplace”.

Embora o livre-arbítrio e determinismo costumem ser considerados mutuamente excludentes pelos defensores de ambos os conceitos (VIHVELIN, 2022), existem também aqueles que propõem uma versão mais leve do determinismo, capaz de abarcar formas limitadas de liberdade da vontade, chamados de compatibilistas.

O compatibilismo, pela natureza dos temas que busca harmonizar, envolve o exame cuidadoso dos argumentos incompatibilistas para apontar erros e construir versões novas, com a expectativa de demonstrar formas de liberdade antes não consideradas ou redefinir o conceito de liberdade para formas compatíveis com o determinismo (MCKENNA e COATES, 2024).

Em sua coletânea de ensaios, *The Importance of What We Care About* (“*A Importância do que valorizamos*”, ainda sem tradução em português), o compatibilista Harry Frankfurt (2007) cuidadosamente elabora seus próprios conceitos acerca de ação e responsabilidade moral a partir de sua análise do que o filósofo identifica como o *Princípio das Possibilidades Alternativas - PPA*, que o autor considera um pressuposto implícito em todos os debates acerca do livre-arbítrio e responsabilidade moral. Ao examinar a veracidade e precisão desse pressuposto, Frankfurt identifica lacunas que levam a uma reestruturação dos conceitos de ação e vontade, e à identificação do que se está livre a decidir, e, portanto, moralmente responsabilizado.

Harry Frankfurt apresenta argumentos que se alinham ao compatibilismo, questionando a imprescindibilidade de possibilidades alternativas para o exercício do livre-arbítrio e do arbítrio moral. Ao analisar os argumentos de Harry Frankfurt, se lança uma luz sobre a complexa interação entre o determinismo, o PPA e a natureza da liberdade humana.

Pierre-Simon de Laplace foi um matemático e filósofo francês que, entre outras obras, escreveu o “*Ensaio Filosófico Sobre as Probabilidades*”. Nele, Laplace aponta princípios matemáticos que regem as probabilidades e expressou uma visão determinista física, mas também ponderou quanto às consequências dos princípios de probabilidade para as ciências morais. Como veremos em Harry Frankfurt, a moralidade e responsabilidade moral costumam ser relacionadas à liberdade do indivíduo em sua ação por ordem de necessidade, ou seja, é necessário se estar agindo livremente e de sua própria vontade para se falar na responsabilidade moral deste agente.

Com a finalidade de aplicar um escrutínio particular às teses de Harry Frankfurt, este trabalho busca cruzar seus conceitos e argumentos com a construção lógica de Laplace

para averiguar a compatibilidade dos argumentos como expostos na coletânea de ensaios de Harry Frankfurt citada anteriormente e no livro *“Ensaio Filosófico Sobre as Probabilidades”*, de Laplace. Foi feita uma análise geral do conceito de determinismo e do determinismo lógico de Laplace, bem como um apanhado dos argumentos compatibilistas feitos ao longo do tempo, para contextualizar o trabalho de Harry Frankfurt e demonstrar a relevância do debate na Filosofia.

No primeiro capítulo, é feita uma breve revisão histórica do determinismo, algumas de suas subespécies e seus principais proponentes com o propósito de situar o estado da questão. O argumento científico pelo determinismo se baseia no modelo laplaciano, e é esperado que o conteúdo sirva para estabelecer para o leitor o conceito geral de determinismo, o argumento lógico que o sustenta e o suporte material dado à hipótese no ramal científico através de Laplace.

O segundo capítulo é dedicado ao viés compatibilista, com a apresentação de algumas “ondas” compatibilistas vistas na história da Filosofia e seus pensadores, os conceitos definidores usados para elaborar seus argumentos, e o lugar da obra de Harry Frankfurt no desenvolvimento da corrente compatibilista contemporânea. Objetivou-se o destaque das principais críticas ao determinismo, os conceitos e definições disputados no debate, e o mérito do novo *Princípio das Possibilidades Alternativas* proposto por Harry Frankfurt como parte de sua contribuição à tentativa de resolução para a contenda filosófica.

A comparação dos argumentos e conclusões envolvidos identifica uma semelhança interessante entre as teorias dos dois pensadores, oportunizando o julgamento de mérito dos argumentos e analisando como eles funcionam. A argumentação lógica forte de Laplace servirá de apoio para as afirmações de Harry Frankfurt, sendo o mérito da tese compatibilista, portanto, o objeto último de análise desta dissertação.

A QUERELA DO DETERMINISMO E LIVRE-ARBÍTRIO

O presente primeiro capítulo da dissertação tem por objeto a análise do determinismo. O problema filosófico com o determinismo percorre a história da filosofia. Nossa pretensão não é apenas fazer uma reconstrução desta história, mas também a apresentação de alguns dos principais blocos de significação conceituais que informam o tema.

O desenvolvimento deste capítulo objetiva ainda auxiliar na construção do argumento da hipótese que animará o encontro das reflexões de Laplace com aquelas de Harry Frankfurt, buscando fundamentar como a teoria probabilística auxilia na compreensão do Princípios das Possibilidades Alternativas e da teoria da segunda volição, ambas, em Harry Frankfurt.

O capítulo apresenta assim uma análise do conceito de determinismo, estabelecendo suas modalidades e principais atores, bem como estes pensam sobre a ação humana ante esse conceito, para ao final se centrar particularmente a partir das observações matemáticas de Laplace e suas implicações para a querela entre determinismo e livre-arbítrio, que se faz presente durante todo o processo a ser acompanhado.

1 DETERMINISMO

Seja nas salas de aula dos departamentos universitários de Filosofia ou nos espaços cotidianos mais abrangentes da experiência humana, a questão do determinismo se faz constantemente presente no pensamento filosófico, particularmente quando se discute questões de moralidade. Nas obras de ficção, é frequente que heróis profetizados, tomando ciência de seu papel no destino, se questionem quanto à relevância de seus atos e seu mérito pessoal, visto que a existência de uma profecia, intuitivamente, indica a inevitabilidade de seu sucesso, independente de suas escolhas pessoais.¹ Até hoje, a pergunta “você acredita em destino?” é muito atraente e promete interessantes e longas conversas.

O determinismo é um conceito filosófico que sugere que todos os eventos, incluindo as ações humanas, são resultado inevitável de causas anteriores. Em outras palavras, para cada evento ou ação, há uma cadeia de acontecimentos prévia que leva necessariamente ao seu resultado. Esse princípio implica que, dado um conjunto específico de condições, nada poderia acontecer de maneira diferente do que acontece.

¹ Para dar exemplos da cultura pop, Harry Potter questiona o valor de suas ações ao vir a termos com o fato de ser um herói profetizado, e o jogo *Morrowind* também aborda esse conflito, tornando incerto se a profecia central da trama de fato determina o destino dos eventos do universo, ou se é apenas de um tipo de propaganda para incentivar indivíduos expostos a ela a tentar levá-la a cabo.

Pois, fosse causalmente determinado que uma pessoa fará certa ação, então será verdadeiro que a pessoa o fez devido àqueles determinantes causais. E se o fato que fora causalmente determinado que uma pessoa faria certa ação significa que aquela pessoa não poderia ter agido de outra forma, suposição característica dos filósofos que argumentam em prol da tese da incompatibilidade, então o fato de que foi causalmente determinado que uma pessoa tomaria certa atitude significará que a pessoa o fez porque ela não poderia ter agido de outra forma. (FRANKFURT, 2007, p.9)

O determinismo propõe que os eventos do mundo seguem uma sequência predeterminada e inalterável. O determinismo ganhou força apoiado em avanços científicos como os do Iluminismo, que apontavam para uma previsibilidade de eventos através do reconhecimento de leis naturais que governam a realidade. Alguns pensadores iluministas chegaram a afirmar a possibilidade de se prever qualquer evento futuro, desde que as informações necessárias estivessem disponíveis a uma inteligência suficientemente avançada (LAPLACE, 2010).

Essa ideia é fundamental na filosofia e na ciência, uma vez que a previsibilidade e a causalidade são essenciais para compreender o funcionamento do universo. O determinismo é frequentemente contrastado com o livre-arbítrio, que propõe que os humanos têm a capacidade de escolher livremente suas ações. Exatamente o que isso significa, no entanto, já é em si uma parte fundamental do debate (DENNET, 1981/1998).

Para seres humanos, a concepção de se ter controle sobre as próprias ações é um importante elemento constituidor de suas identidades enquanto indivíduos agentes. Mais que isso, trata-se de um ponto legitimador fundamental no suposto uso adequado da força para fins punitivos - tanto dentro quanto fora do âmbito do Direito. Sem Livre-Arbítrio, não se pode responsabilizar as pessoas por suas ações (FRANKFURT, 2007), logo, não há o que se falar de moralidade nas ações humanas, assim como é normalmente pensado de todos os outros animais.

Em clássicos como Thomas Hobbes (2003) e David Hume (2000) há discussões da natureza do determinismo, estabelecendo bases para entender como as causas e efeitos se interligam de maneira inexorável (ou não). Em *O Leviatã*, Thomas Hobbes, por exemplo, argumenta que a liberdade de escolha é compatível com o determinismo, uma posição conhecida como compatibilismo. Essa visão será explorada mais adiante, mas é crucial para estabelecer que o determinismo, em sua essência, questiona a verdadeira natureza da liberdade humana e da responsabilidade moral.

Além das questões éticas, o determinismo também tem implicações significativas para o sistema de justiça. Se a criminalidade e o comportamento desviado são determinados por fatores como genética, ambiente e experiências passadas, então a abordagem punitiva

tradicional pode precisar ser reavaliada. Em vez disso, um sistema de justiça que reconheça as influências deterministas pode focar mais na reabilitação e na reforma, considerando as causas subjacentes do comportamento criminoso.

Finalmente, o determinismo desafia nossas percepções de agência e autonomia. A crença na liberdade de escolha é fundamental para nossa compreensão de nós mesmos como agentes autônomos. Reconhecer as forças deterministas que moldam nosso comportamento pode levar a uma visão mais complexa da agência humana, onde a liberdade é vista não como uma ausência de causalidade, mas como a capacidade de agir de acordo com nossa própria natureza e valores, mesmo dentro de um contexto causal.

1.1 DETERMINISMO NA HISTÓRIA OCIDENTAL

A história do determinismo remonta à filosofia Antiga, onde os primeiros pensadores começaram a explorar a ideia de que o universo opera de acordo com leis imutáveis e previsíveis. Os filósofos pré-socráticos, como Heráclito e Parmênides, introduziram conceitos que sugerem uma ordem subjacente ao cosmos, ainda que também tenham acreditado que os seres humanos estão mais ou menos livres deste ordenamento, podendo escolher afetá-lo para sua vantagem.

Os estoicos foram ainda mais longe, propondo que tudo no universo é governado pela razão (*logos*) e que nada acontece por acaso. Eles acreditavam que o destino (*fatum*) era uma sequência de eventos interligados por causas naturais. Essa visão determinista foi fundamental para o estoicismo, que defendia a aceitação serena dos acontecimentos como parte de uma ordem natural.

1.1.1 ANTIGUIDADE

O determinismo na antiguidade começou a tomar forma com os filósofos pré-socráticos, que buscavam entender a ordem subjacente do cosmos. Heráclito, por exemplo, introduziu o conceito de *logos*, uma razão universal que governa todas as coisas e estabelece a harmonia no universo (GRAHAM, 2023). Ele acreditava que, embora o mundo estivesse em constante mudança, essa mudança seguia um padrão racional inevitável.

Não compreendem como o divergente converge consigo mesmo; montagem de tensões opostas, como a do arco e da lira. (HERACLITO, fragmento 27 (51))²

² “No comprenden cómo lo divergente converge consigo mismo; ensamblaje de tensiones opuestas, como el del arco y el de la lira.” Disponível em https://www.academia.edu/33144231/FRAGMENTOS_DE_TEXTOS_FILOS%C3%93FICOS_GRIEGOS_Her%C3%A1clito_de_%C3%89feso_544_a_484

É preciso entender que a guerra é comum; que a justiça é conflito, e que tudo acontece através de conflito e necessidade. (fragmento 28 (80))³

Parmênides, outro filósofo pré-socrático, apresenta uma visão de mundo determinista forte, apesar de não tratar diretamente do livre-arbítrio. A existência do ‘ser’ de Parmênides apoia-se na Necessidade: “*É necessário que o ser, o dizer e o pensar sejam; pois podem ser, enquanto o nada não é [...]*” (B6, p.21, 2000). A sua descrição do ‘ser’ evoca uma infinitude imutável, que a tudo abarca porque tudo é, e, portanto, necessita ser. Isso serve para defender um determinismo ontológico forte.

Como poderia o ser perecer? Como poderia gerar-se? Pois, se era, não é, nem poderia vir a ser. E assim a gênese se extingue e da destruição se não fala. Nem é divisível, visto ser todo homogêneo, nem num lado é mais, que o impeça de ser contínuo, nem noutro menos, mas é todo cheio de ser e por isso todo contínuo, pois o ser é com o ser. Além disso, é imóvel nas cadeias dos potentes laços, sem princípio nem fim, pois gênese e destruição foram afastadas para longe, repelidas pela confiança verdadeira. (PARMENIDES, p.23, B8 20-25, 2000)

Os estoicos expandiram ideias como esta ao desenvolver uma filosofia que integrava o determinismo como um princípio central. Eles acreditavam que o universo era governado por uma ordem racional (logos) e que tudo acontecia de acordo com uma cadeia inevitável de causas e efeitos. Zenão de Cítio, o fundador do estoicismo, defendia que viver de acordo com a natureza e aceitar o destino eram os caminhos para a virtude e a tranquilidade (DURAND et al, 2023).

Epicteto, um dos filósofos estoicos mais conhecidos, ensinava que a sabedoria consistia em aceitar serenamente o que não podemos controlar, reconhecendo que todos os eventos são predeterminados pela razão universal (GRAVER, 2021). Para Epicteto, a liberdade verdadeira não estava na ausência de determinação, mas na aceitação e compreensão da ordem natural. Essa perspectiva estoica reforçava a ideia de um universo determinista, onde a paz interior era alcançada pela conformidade com o destino.

Lembra que és um ator de uma peça teatral, tal como o quer o autor <da peça>. Se ele a quiser breve, breve será. Se ele a quiser longa, longa será. Se ele quiser que interpretes o papel de mendigo, é para que interpretes esse papel com talento. E, da mesma forma, se ele quiser que interpretes o papel de coxo, de magistrado de homem comum. Pois isto é teu: interpretar belamente o papel que te é dado mas escolhê-lo cabe a outro. (DINUCCI, 2012, p. 21)

Marco Aurélio, em suas "*Meditações*" (KAMTEKAR, 2018), refletia sobre a importância de viver em harmonia com o *logos*, aceitando tanto os eventos bons quanto os ruins como parte da ordem natural. Ele via o destino como uma sequência de eventos

³ “*Preciso es saber que la guerra es común; la justicia, contienda, y que todo acontece por la contienda y la necesidad.*” Disponível em https://www.academia.edu/33144231/FRAGMENTOS_DE_TEXTOS_FILOS%3%93FICOS_GRIEGOS_Her%3%A1clito_de_%3%89feso_544_a_484

inevitáveis, e a virtude consistia em aceitar essa ordem com serenidade e coragem. Para Marco Aurélio, a compreensão e aceitação do determinismo eram fundamentais para a vida ética e a paz de espírito.

Vamos então receber estas coisas, assim como aquelas que Esculápio prescreve. Muitas, por uma questão de ordem natural, são desagradáveis, mas nós as aceitamos na expectativa de saúde. Que o aperfeiçoamento e a realização das coisas que a natureza comum julga boas sejam julgadas por você como sendo da mesma espécie que a sua saúde. E assim aceite tudo o que acontece, mesmo que pareça desagradável, porque leva a isso, à saúde do universo e à prosperidade e felicidade de Zeus (Universo). Pois ele não teria trazido a nenhum homem o que trouxe, se não fosse útil para o todo. (AURELIO, tradução de VIEIRA, p.42, 2020)

Aristóteles trouxe uma abordagem mais nuançada ao determinismo, introduzindo a distinção entre eventos necessários e contingentes (O'KEEFE, 2021). Em "*de Interpretatione*", enquanto alguns eventos são determinados por causas necessárias, outros são contingentes e podem ocorrer de diferentes maneiras.

Quero dizer, por exemplo: é necessário que amanhã haja ou não haja uma batalha naval; mas não é necessário que uma batalha naval ocorra amanhã, nem que uma batalha naval não ocorra amanhã – embora seja necessário que uma batalha naval ocorra ou não ocorra. (ARISTÓTELES, 1963, p.53)

Epicuro introduzira o desvio aleatório dos átomos, que permitia a ocorrência de eventos não determinados (KONSTAN, 2022). Para Epicuro, essa indeterminação atômica era essencial para a existência do livre-arbítrio, permitindo que os humanos escapassem de um destino totalmente predeterminado (O'KEEFE, 2021).

Devemos lembrar que o futuro não é totalmente nosso nem totalmente impedido a nós, de modo que não devemos contar tão certamente com ele, nem nos desesperar tanto temendo que não venha. (EPÍCURO, 2019, p.43-44)

Esse espaço para o livre-arbítrio na cosmologia atomista de Epicuro é vital para sua própria justificação para a atribuição de responsabilidade moral, que considera natural. São as "ações livres" que podem ser julgadas, e há ações que não configuram essa denominação.

A Fortuna que alguns colocam como soberana sobre todas as coisas, ele ri ao desprezar, afirmando antes que algumas coisas acontecem por necessidade, outras por acaso, outras através de nosso próprio arbítrio. Pois ele vê que a necessidade destrói a responsabilidade e que o acaso ou a fortuna é inconstante; ao passo que nossas próprias ações são livres, e é a elas que o louvor e a culpa se atribuem naturalmente. (EPÍCURO, 2019, p.45)

Alexandre de Afrodísias, um filósofo peripatético, foi um dos principais críticos do determinismo estoico. Ele argumentou que a responsabilidade moral e a justiça requerem a possibilidade de agir de outra maneira, algo que o determinismo estrito negava (O'KEEFE, 2021). Alexandre defendia que o acaso e a contingência desempenhavam um papel significativo no universo, permitindo a liberdade e a responsabilidade individual.

Alexandre de Afrodísias também criticou a noção estoica de que tudo está predeterminado pelo *logos*. Ele propôs que, embora existam causas naturais que influenciam os eventos, há espaço para a agência humana e a escolha livre (O'KEEFE, 2021). Essa visão contrapõe a ideia de um universo completamente determinístico, sugerindo que a natureza humana envolve a capacidade de tomar decisões autônomas.

1.1.2 IDADE MÉDIA

Durante a Idade Média, o determinismo encontrou um novo terreno naquilo que depois se denominou teologia cristã, onde a ideia de predestinação começou a ser debatida. Nesse período, a filosofia cristã foi a principal força motriz por trás das discussões sobre determinismo e livre-arbítrio.

Os filósofos medievais estavam profundamente interessados em reconciliar a onisciência divina com a liberdade humana. Filósofos como Santo Agostinho e Tomás de Aquino discutiram como a onisciência divina e o livre-arbítrio humano poderiam coexistir.

Santo Agostinho foi um dos primeiros pensadores a abordar essas questões, propondo que Deus, em sua onisciência, conhece todas as possibilidades do futuro, o que implica um certo grau de predestinação (TORNAU, 2024). Santo Agostinho argumentava que, apesar da presciência divina, os humanos ainda possuem livre-arbítrio.

Ele sugeria que a graça divina era essencial para a liberdade humana, pois permitia que os indivíduos escolhessem o bem. Segundo Agostinho, a verdadeira liberdade consistia em agir de acordo com a vontade divina, mesmo que Deus já soubesse quais escolhas os humanos fariam (TORNAU, 2024).

Assim, quando Deus castiga o pecador, o que te parece que ele diz senão estas palavras: “Eu te castigo porque não usaste de tua vontade livre para aquilo a que eu a concedi a ti”? Isto é, para agires com retidão. Por outro lado, se o homem carecesse do livre-arbítrio da vontade, como poderia existir esse bem, que consiste em manifestar a justiça, condenando os pecados e premiando as boas ações? (AGOSTINHO, 1995, p.58)

Santo Agostinho influenciou profundamente o pensamento medieval sobre a relação entre determinismo e livre-arbítrio. Ele via a predestinação como compatível com a responsabilidade moral, uma vez que a presciência de Deus não forçava as ações humanas, mas simplesmente conhecia de antemão as escolhas que os humanos fariam livremente.

Tomás de Aquino, outro grande filósofo medieval, também abordou a questão do determinismo, tentando conciliar a onisciência divina com a liberdade humana. Em sua obra "*Suma Teológica*", Aquino argumentava que Deus conhece todas as ações humanas

antecipadamente, mas essa presciência não interfere no livre-arbítrio (PASNAU, 2024). Para Aquino, a onisciência divina e o livre-arbítrio humano coexistem harmoniosamente.

Assim, tudo o que está no tempo está desde toda eternidade presente a Deus; não apenas porque Deus tem presentes as razões de todas as coisas, como alguns o pretendem, mas porque seu olhar recai desde toda eternidade sobre todas as coisas, como estão em sua presença. Portanto, é claro que por sua presença, os contingentes são conhecidos por Deus, infalivelmente, na medida em que, caem sob o olhar divino; no entanto, em relação às suas causas, são futuros contingentes. (AQUINO, 2009, p.342).

Tomás de Aquino introduziu a distinção entre causas primárias e secundárias para explicar como Deus pode ser a causa primeira de todas as coisas sem violar a liberdade das causas secundárias, ou seja, as ações humanas. Ele afirmava que Deus opera através das causas secundárias, permitindo que os humanos exerçam sua liberdade dentro do plano divino.

1.1.3 MODERNIDADE

A transição para a filosofia moderna trouxe novas perspectivas, com René Descartes e Baruch Spinoza desenvolvendo suas próprias interpretações do determinismo. Spinoza (NADLER, 2024), em particular, argumentava que tudo no universo, incluindo a mente humana, era parte de uma única substância divina, onde cada evento é determinado pela necessidade da natureza. Assim, a evolução do conceito de determinismo revela uma rica tapeçaria de ideias que continuam a influenciar o pensamento filosófico contemporâneo.

Baruch Spinoza, filósofo racionalista do século XVII, apresenta uma visão determinista rígida em sua obra "*Ética*" ("*Ethica*"), publicada postumamente em 1677. Spinoza argumenta que tudo no universo é governado por uma necessidade absoluta, derivada da natureza de Deus ou da Substância.

Para ele, tudo o que existe e acontece é uma manifestação das leis imutáveis da natureza. Ele afirma que não há espaço para o livre-arbítrio, pois cada evento é determinado por uma cadeia infinita de causas. Spinoza diz que "*Tudo o que é, é em Deus, e nada pode ser ou ser concebido sem Deus*" (2009, p.23). E mais especificamente sobre a causalidade e o determinismo, ele escreve: "*Na natureza não há nada contingente; todas as coisas são condicionadas a existir e a operar de uma maneira determinada pela necessidade da natureza divina*" (2009, p.35).

René Descartes, filósofo francês do século XVII, também abordou o determinismo, mas com nuances diferentes. Em suas "*Meditações Metafísicas*" ("*Meditationes de Prima Philosophia*"), Descartes defende a ideia de que Deus é a causa de todas as coisas.

E assim reconheço muito claramente que a certeza e a verdade de toda ciência depende do só conhecimento do verdadeiro Deus; de sorte que, antes de o conhecer, eu não podia saber perfeitamente nenhuma outra coisa. E agora que o conheço, tenho o meio de adquirir uma ciência perfeita no tocante a uma infinidade de coisas, não só daquelas que estão nele, mas também daquelas que pertencem à natureza corporal, na medida em que ela pode servir de objeto às demonstrações dos geômetras, os quais não fazem caso de sua existência. (DESCARTES, 2005, p.107)

Mas ele deixa espaço para o livre-arbítrio humano: para Descartes, embora Deus tenha criado as leis da natureza, os seres humanos possuem a capacidade de escolha dentro dessas leis. Ele distingue entre a vontade divina, que é absoluta e imutável, e a vontade humana, que é livre dentro do âmbito da criação divina, podendo inclusive errar:

Pois, com efeito, não é uma imperfeição em Deus o fato de ele haver me concedido a liberdade de dar meu juízo ou de não o dar sobre certas coisas, a cujo respeito ele não pôs um claro e distinto saber em meu entendimento; mas, sem dúvida é em mim uma imperfeição o fato de eu não a usar corretamente e de dar temerariamente o meu juízo sobre coisas que eu concebo apenas com obscuridade e confusão. (DESCARTES, 2005, p.94).

No século 19, o filósofo Arthur Schopenhauer (2012) também defendeu o determinismo, argumentando que as ações e decisões humanas são determinadas pela vontade, que está sujeita às leis da natureza. Mais recentemente, em meados do século 20, Rudolf Carnap defendeu uma versão do determinismo conhecida como determinismo lógico (PRUSKI, 2022). Carnap argumentou que todas as afirmações sobre eventos futuros podem ser expressas em uma linguagem de lógica proposicional, o que permitiria que elas fossem verdadeiras ou falsas. Se este fosse o caso, então o futuro seria determinado pelas relações lógicas entre as proposições.

No entanto, há também muitos filósofos que desafiaram o determinismo. O próprio Carnap buscou tentar conciliar seu determinismo com o livre-arbítrio (PRUSKI, 2022). Outro filósofo influente que rejeitou o determinismo foi Jean-Paul Sartre (2012), que escreveu que "o homem está condenado a ser livre". Para Sartre, a existência humana é caracterizada pela liberdade radical, o que significa que cada pessoa é responsável por criar seus próprios valores e determinar seu próprio futuro.

Em clássicos como Thomas Hobbes (2003) e David Hume (2000) há discussões da natureza do determinismo, estabelecendo bases para entender como as causas e efeitos se interligam de maneira inexorável. Hobbes, por exemplo, argumenta que a liberdade de escolha é compatível com o determinismo, uma posição conhecida como compatibilismo. Essa visão será explorada melhor no segundo capítulo, mas é crucial para estabelecer que o determinismo, em sua essência, questiona a verdadeira natureza da liberdade humana e da responsabilidade moral.

Thomas Hobbes sustentava uma visão mais materialista e determinista. Em sua obra "Leviatã", Hobbes argumenta que todas as ações humanas são determinadas por causas anteriores, essencialmente negando a existência do livre-arbítrio como um poder absoluto. Ele propunha que a liberdade deve ser entendida como a ausência de impedimentos externos, não como a capacidade de agir de forma contrária às próprias causas internas:

LIBERDADE, ou INDEPENDÊNCIA significa, em sentido próprio, a ausência de oposição (entendendo por oposição os impedimentos externos do movimento), e não se aplica menos às criaturas irracionais e inanimadas do que às racionais. (HOBBS, 2014, p.179)

David Hume, um dos mais influentes filósofos do empirismo britânico, abordou o tema do determinismo principalmente em sua obra "*Uma Investigação sobre o Entendimento Humano*" ("*An Enquiry Concerning Human Understanding*"), publicada em 1748. Hume é conhecido por sua análise cética sobre a causalidade, que questiona a ideia de que eventos futuros podem ser determinados com base em eventos passados.

Hume argumenta que nosso entendimento de causa e efeito não é derivado de uma percepção racional ou lógica, mas sim do hábito e da experiência. Ele afirma que a crença na causalidade surge da observação repetida de eventos que ocorrem em sequência, levando-nos a associar um evento como causa e outro como efeito. Em suas palavras:

Todos os raciocínios referentes a questões de fato parecem fundar-se na relação de *causa e efeito*. É somente por meio dessa relação que podemos ir além da evidência de nossa memória e nossos sentidos. Se perguntássemos a um homem por que ele acredita em alguma afirmação factual acerca de algo que está ausente - por exemplo, que seu amigo acha-se no interior, ou na França-, ele nos apresentaria alguma razão, e essa razão seria algum outro fato, como uma carta recebida desse amigo ou o conhecimento de seus anteriores compromissos. (HUME, 2003, p.55).

Hume explica que, ao observar repetidamente que um evento segue outro, nossa mente passa a esperar que esse padrão continue. Essa expectativa, no entanto, não implica uma verdadeira necessidade ou ligação inerente entre os eventos, mas apenas uma projeção de nossas expectativas baseadas na experiência passada. Ele diz:

Na primeira vez que um homem viu a comunicação de movimento por impulso, como no choque de duas bolas de bilhar, ele não poderia declarar que um acontecimento estava *conectado* ao outro, apenas que estava *conjugado*. Depois de observar diversos casos dessa natureza, ele então os declara *conectados*. Que alteração ocorreu para dar origem a essa nova ideia de *conexão*? Nada, senão o fato de que ele agora *sente* que esses acontecimentos estão *conectados* em sua imaginação, e pode prontamente prever a existência de um a partir do aparecimento do outro. (HUME, 2003, p.114).

Para Hume, a "necessidade" que percebemos nas conexões causais é, portanto, subjetiva e não uma característica objetiva do mundo. Ele conclui que nossas crenças sobre causalidade e determinismo são baseadas em nossos próprios padrões mentais e não em uma conexão real e necessária entre eventos.

Hume também discute a compatibilidade entre liberdade e necessidade. Ele argumenta que a liberdade, definida como a capacidade de agir de acordo com a vontade, não é incompatível com a ideia de que nossas ações estão determinadas por causas precedentes. Para Hume, a verdadeira liberdade não é a ausência de causalidade, mas a ausência de coerção externa.

Por liberdade, então, só nos é possível entender *um poder de agir ou não agir, de acordo com as determinações da vontade da vontade*; isto é, se escolhermos ficar parados, podemos ficar assim; se escolhermos nos mover, também podemos fazê-lo. Ora, essa liberdade hipotética é universalmente admitida como pertencente a todo aquele que não esteja preso e acorrentado. (HUME, D., 1748, Seção VIII, Parte I).

Em suma, Hume oferece uma perspectiva compatibilista (Capítulo 2) sobre o determinismo, sustentando que a necessidade causal não elimina a liberdade, desde que entendamos liberdade como a capacidade de agir de acordo com nossas próprias motivações e desejos, em vez de uma liberdade absoluta de qualquer causa. Portanto, Hume não nega o determinismo diretamente, mas ele relativiza a certeza do conhecimento causal, sugerindo que nossas inferências sobre a causalidade são baseadas na experiência e não em uma necessidade lógica ou metafísica.

Immanuel Kant, outro gigante da filosofia ocidental, abordou o problema do determinismo de maneira mais sistemática em sua obra "*Crítica da Razão Pura*" ("*Kritik der reinen Vernunft*"), publicada em 1781. Kant introduz uma distinção fundamental entre o mundo fenomênico (o mundo como o percebemos) e o mundo numênico (o mundo como é em si mesmo).

Para Kant, no mundo fenomênico, todas as ações e eventos são regidos pelas leis causais, o que implica um determinismo estrito. No entanto, no mundo numênico, que está além da nossa percepção sensorial, ele sugere que a liberdade é possível.

Com relação àquilo que acontece, apenas dois tipos de causalidade podem ser concebidas: segundo a *natureza* ou segundo a *liberdade*. A primeira é a conexão, no mundo sensível, de um estado com outro anterior, do qual aquele se segue segundo uma regra.

[...]

Por liberdade em sentido cosmológico, pelo contrário, entendo o começar de um estado *por si mesmo*, cuja causalidade, portanto, não está sob uma outra causa que, segundo a lei da natureza, a determinasse temporalmente. (KANT, 2012, B561, p.429).

Um pensador moderno que também pode ser dado como exemplo de determinista é Pierre Simon, o marquês de Laplace. Em talvez seu maior trabalho, "*Ensaio Filosófico Sobre as Probabilidades*", Simon de Laplace argumentou que se alguém tivesse perfeito conhecimento da posição e do momento de cada partícula no universo, poderia prever com

total precisão o estado futuro do universo. A entidade hipotética com esta capacidade é comumente conhecida como o demônio de Laplace, que exploraremos suas ideias e conclusões mais a fundo em breve.

1.2 A GRAMÁTICA DO PROBLEMA

O Determinismo é uma posição filosófica que sugere que todo evento ou estado de coisas, incluindo toda ação e decisão humana, é causalmente determinado por eventos ou condições anteriores (MCKENNA e COATES, 2021). De acordo com o determinismo, o estado atual do universo e seus estados futuros são determinados por seus estados passados e leis da natureza (LAPLACE, 2010). Isso significa que, dado o estado do universo em um determinado momento e as leis da natureza que o governam, há apenas um resultado possível para o futuro. Isso tem implicações significativas para o conceito de livre-arbítrio, pois sugere que todas as ações e decisões humanas são predeterminadas por causas anteriores e não livremente escolhidas.

Essa ideia é, essencialmente, um pressuposto na ciência, uma vez que a previsibilidade e a causalidade são essenciais para compreender o funcionamento do universo. O determinismo é frequentemente contrastado com o livre-arbítrio, que propõe que os humanos têm a capacidade de escolher livremente suas ações. Exatamente o que isso significa, no entanto, já é em si uma parte fundamental do debate (DENNET, 1981/1998).

Existem diferentes classificações para as delimitações deterministas, incluindo determinismo forte, determinismo fraco ou compatibilismo, e indeterminismo ou libertarianismo (MERLUSSI, 2021). Além disso, o determinismo também pode ser classificado de acordo com o tipo de argumento usado em seu sustento.

Em uma aula de Química, por exemplo, afirmações do tipo “ $C + O_2 \rightarrow CO_2$ ”, observa-se uma afirmação determinista química. É possível aplicar afirmações do determinismo químico a outros contextos, como o biológico:

Coletivamente, esses estudos mostram que nosso sistema dopaminérgico, córtex frontal, amígdala, ínsula cerebral, e outros membros do código do coro para diferentes aspectos de magnitude de recompensa, atraso, e probabilidade com graus variados de precisão, todos influenciando se conseguiremos fazer a coisa mais difícil e mais correta. (SAPOLSKY, 2017, p.72-73)⁴

Admitindo que conhecemos a fórmula química da dopamina, também admitimos a possibilidade de calcular o resultado da interação entre este composto químico e os outros

⁴“Collectively these studies show that our dopaminergic system, frontal cortex, amygdala, insula, and other members of the chorus code for differing aspects of reward magnitude, delay, and probability with varying degrees of accuracy, all influencing whether we manage to do the harder, more correct thing.”

presentes no corpo, desde que também tenhamos acesso a estas informações. Presumindo que nenhuma outra forma de interação se prove relevante para o desenvolver do agente (como uma pedra guiada por cálculos puramente físicos até a cabeça do indivíduo), o estado interno de seu corpo pode ser compreendido a partir de seus processos químicos internos.

O conhecimento destes dados ajuda a compreender um todo que parece ser infinitamente complexo. As contribuições de cada área de conhecimento fazem parte da construção deste todo, mas sua captura total ainda escapa da humanidade, e talvez sempre o fará. A questão é: este todo define a ação humana completamente? São os humanos (e quem sabe outros seres com suficiente inteligência) dotados de escolha, ou seria isto insuficiente para garantir liberdade do que nos cerca e forma?

Como vimos em 1.1, na Filosofia encontram-se vários entendimentos que compreendem um universo determinado pelo espiritual e/ou a natureza, muitas vezes extrapolando das observações humanas do comportamento do Universo. Estas conclusões costumam então ser confrontadas nos textos dedicados à moral e ética, reconhecendo-se uma necessidade de dar conta da natureza determinada do Universo ao se falar sobre o que aqui se entende como moral, aqui entendida como a descrição dos bons hábitos e boas regras, com a qualidade “boa” descrevendo as atitudes que se crê responsáveis pelo sucesso individual e social.

Ao dar conta das boas e das más condutas, havendo ou não orientação específica à forma das recompensas e punições das mesmas, esses textos dão uma exceção em comum a esse elo entre conduta e recompensa ou punição, aqui chamado de responsabilidade moral. E, para dar conta da responsabilidade moral, é comum que se entenda necessário que a ação seja voluntária.

Dado que a virtude se refere a paixões e ações, e que, embora as voluntárias sejam elogiadas ou censuradas, as involuntárias são por indulgência e, às vezes, compaixão, sendo, quiçá, necessário, para aqueles que refletem sobre a virtude, definem o que é voluntário e o que é involuntário, e também é útil para legisladores, com relação a honras e punições. (ARISTÓTELES, 1985, p.178)⁵

1.2.1 DETERMINISMO LÓGICO

O determinismo lógico também é conhecido como determinismo causal e pode ser resumido nos seguintes passos (MERLUSSI, 2021): pelo princípio da causa suficiente,

⁵ “Dado que la virtud se refiere a pasiones y acciones, y que, mientras las voluntarias son objeto de alabanzas o reproches, las involuntarias lo son de indulgencia y, a veces, de compasión, es, quizá, necesario, para los que reflexionan sobre la virtud, definir lo voluntario y lo involuntario, y es también útil para los legisladores, con vistas a los honores y castigos”

sabemos que todo evento no mundo possui uma ou mais causas necessárias para que ocorram. Levando este pensamento a sua conclusão natural, chega-se à ideia de que também as ações humanas são vinculadas a causas anteriores.

Em outras palavras, o futuro é totalmente determinado pelo passado. Se isto for verdade, não se poderia falar em responsabilidade moral, ou seja, a ideia de que as ações humanas merecem julgamento diferente do dado às ações de animais, pois todas as ações humanas estariam determinadas pelos fatores (não importa quantos sejam) que foram necessários para mais este evento no Universo, e não é o valor ou essência do agente que de alguma forma levou àquela ação.

Outra crítica é que é difícil conciliar com o fenômeno da indeterminação quântica, que sugere que nem todos os eventos são completamente determinados por causas anteriores (MERLUSSI, 2021).

O determinismo lógico afirma que os eventos são logicamente necessários, uma vez que a verdade de proposições futuras é fixada independentemente das condições presentes. Em outras palavras, se uma proposição sobre o futuro é verdadeira, ela deve necessariamente ocorrer. Este tipo de determinismo é discutido em relação à lógica modal e à natureza das verdades necessárias e contingentes.⁶

1.2.1.1 FATALISMO

Diferente do determinismo causal, o fatalismo é a crença de que os eventos são predestinados a ocorrer, independentemente das ações humanas. Este conceito é frequentemente associado a visões religiosas ou místicas do destino, onde o curso da vida é visto como inevitável e imutável.

A diferença crucial entre fatalismo e determinismo causal é que, no fatalismo, as ações humanas não têm influência sobre os resultados inevitáveis. Cada um desses tipos de determinismo aborda diferentes dimensões da causalidade e da inevitabilidade, oferecendo várias perspectivas sobre como entender a relação entre causa e efeito, liberdade e necessidade.

1.2.2 DETERMINISMO SOCIAL

O determinismo social sugere que o comportamento humano e as estruturas sociais são determinados por fatores socioculturais, como classe, educação e normas culturais. Karl

⁶ Referências filosóficas, como o trabalho de Carnap sobre probabilidade lógica, exploram essas ideias em profundidade.

Marx e Émile Durkheim são figuras-chave que contribuíram para essa visão, argumentando que a sociedade e suas instituições influenciam profundamente as ações e decisões dos indivíduos.

Émile Durkheim, considerado por muitos o pai da sociologia, elaborou a base do que viriam a ser os critérios de produção de conhecimento da área nas ciências sociais, apontando a sociedade e seus comportamentos como objeto de análise e examinando dados para elaborar propostas a respeito de seu funcionamento (DURKHEIM, 1999). Essa busca por reconhecer regras para o comportamento humano (em sociedade) promete fricção com o conceito do livre-arbítrio, pois implica em um tipo de determinismo emergente da própria ação humana.

Este tipo de determinismo é explorado em textos sociológicos que examinam como as estruturas de poder e as condições econômicas moldam a vida humana. Apontar a presença de alguma presunção determinística quanto à realidade encontra apoio claro em algumas passagens, algo que seria de se esperar das pretensões científicas de seus autores.

O movimento total da história é, por isso, assim como o seu [do comunismo] ato efetivo (*wirklich*) de geração - o ato de nascimento de sua existência empírica - também, para a sua consciência pensante, o movimento *concebido e sabido* do seu *vir a ser* [...] (MARX, 2004, p.105)

A própria proposta de uma análise histórica para procurar constantes sobre o comportamento humano e de sociedades carrega a semente de uma interpretação determinista com fortes implicações para o papel da vontade humana na história. Mas, inversamente, também é importante ter em mente o restante da atitude de Marx antes de interpretar suas intuições quanto ao livre-arbítrio humano e o produto de seu contraste com o determinismo. Não faria sentido inferir um determinismo excludente da liberdade de ação humana dos escritos de um autor que ativamente tentou instigar humanos à ação em seu Manifesto Comunista.

1.2.3 DETERMINISMO CIENTÍFICO

O determinismo científico ganhou destaque com o advento da física clássica, especialmente através do trabalho de Isaac Newton e, posteriormente, Pierre-Simon de Laplace. Newton, com suas leis do movimento e da gravitação universal, estabeleceu um quadro no qual o comportamento dos corpos no universo poderia ser predito com precisão se suas condições iniciais fossem conhecidas. Essa perspectiva mecanicista sugere que o universo opera como uma máquina, onde cada estado é o resultado de estados anteriores e causa estados futuros.

Pierre-Simon de Laplace levou essa ideia a um extremo lógico em seu "*Ensaio Filosófico Sobre as Probabilidades*". Seu pensamento levou à formulação do conceito de um "demônio" laplaciano, uma entidade hipotética que, se conhecesse todas as posições e velocidades de todas as partículas no universo em um determinado momento, poderia prever todos os eventos futuros e reconstruir todos os eventos passados. Esta visão reforçou a noção de que o universo é completamente determinístico e que a incerteza é apenas uma consequência da nossa ignorância das condições iniciais precisas.

No entanto, o determinismo científico enfrentou desafios com o desenvolvimento da física moderna. A teoria da relatividade de Einstein e, mais significativamente, a mecânica quântica introduziram elementos de imprevisibilidade que, para alguns, oferecem brecha para o indeterminismo. No nível quântico, os eventos parecem ocorrer sem causas determinadas, sugerindo que o universo não é tão previsível quanto Laplace havia imaginado. Esse desenvolvimento levantou novas questões sobre a natureza da realidade e a compatibilidade do determinismo com a física contemporânea.

De forma geral, pode-se dizer que determinismo científico deriva da prática científica em cada ramo que ela possa ter. Isso porque toda atividade científica é postulada sobre o princípio ou expectativa de que 1) os fenômenos observados no Universo sempre são causados; e 2) conhecer as causas dos fenômenos pode permitir maior controle sobre eles. De modo geral, os diversos ramos da Ciência parecem confirmar o viés determinista em suas observações.

1.2.3.1 DETERMINISMO BIOLÓGICO

O determinismo biológico inicia seu percurso na história do determinismo como determinismo químico através da postulação de que os fatores químicos e as interações desempenham um papel fundamental na determinação do comportamento humano, cognição e processos psicológicos.

Faremos uma breve abordagem do determinismo químico quanto a suas origens, argumento central e espaço no debate determinístico e em seguida apresentaremos sua forma mais contemporânea.

As raízes do determinismo químico podem ser rastreadas até o início do século 20, com a ascensão do behaviorismo e a crescente compreensão da base neuroquímica da cognição e do comportamento humanos. Figuras influentes como B. F. Skinner (SAMPAIO, 2005) contribuíram para o desenvolvimento dessa perspectiva ao enfatizar o papel dos processos químicos no condicionamento e na formação do comportamento.

O determinismo químico se estabelece em afirmações quanto a ações e características dos indivíduos serem predominantemente influenciadas por processos químicos que ocorrem dentro do cérebro e do corpo (SKINNER, 1974). Essa perspectiva sugere que neurotransmissores, hormônios e outras substâncias químicas afetam diretamente os pensamentos, emoções e comportamentos humanos. Os defensores do determinismo químico argumentam que as intrincadas interações entre substâncias químicas no cérebro acabam por determinar as habilidades cognitivas, traços de personalidade e até mesmo transtornos mentais de um indivíduo (SKINNER, 1974).

Com o avanço dos progressos da ciência, em especial, os avanços da biologia e das neurociências diversos atores do mundo científico e filosófico dirigiram suas pesquisa em torno da busca pela redução da ação e do comportamento humano a apartir da intersecção entre biologia e cérebro, e biologia⁷ e comportamento.

Um dos principais, ou talvez o principal e mais renomado defensor na atualidade do determinismo biológico é o neurologista da Universidade de Stanford, Robert Sapolsky reconhecido por em suas obras fazer a defesa científica e filosófica da redução do comportamento aos mecanismos biológico, defendendo uma sofisticada versão do determinismo biológico.

Já em 2005 em *Biologia e Comportamento humano: as origens neurológicas da individualidade*, Sapolsky se colocou a pergunta de seu vindouro programa de pesquisa nos seguintes termos:

Desde tempos imemoriais, os mais filósofos entre nós ponderam: “Qual é a essência de quem eu sou? O que foi isso que me tornou quem eu sou?” A biologia comportamental é a ciência que busca desvendar esse dilema, com a suposição direcionada de que uma compreensão de quem e por que somos não pode ser alcançada sem considerar nossa biologia. (SAPOLSKY, 2005, p.1)

A pesquisa de Sapolsky desenvolvida no seu livro *Biologia e comportamento humano* se constitui de uma série de conferências em que o mesmo inicia seu programa de determinação do comportamento através da Biologia. Na nona das lições intitulada de *A Regulação do cérebro pelos hormônios* (pp.45 e segs) o autor assim delimita uma das faces de seu determinismo que consiste na pré-estruturação da ação humana a partir da determinação hormonal do córtex cerebral, logo, seu programa afirmando que

Esta conferência examina a outra metade do ciclo endócrino: como os hormônios regulam o cérebro. Esta conferência focará nos efeitos organizacionais dos hormônios (que é como a exposição aos hormônios no início vida, começando com a vida fetal, pode alterar a estrutura e a função do cérebro para sempre) e os efeitos de ativação dos hormônios (que é como os hormônios podem alterar a função cerebral em um intervalo de tempo muito mais curto) (SAPOLSKY, 2005, p.45).

⁷ Diamond, Jared, 1997, *Guns, Germs, and Steel: The Fates of Human Societies*, New York: Norton.

A *opus magnum* do determinismo biológico de Robert Sapolsky se encontra em *Behave*, sua obra monumental de mais de mil páginas, em tradução lançada no Brasil com o título de *Comporte-se: a biologia humana em nosso melhor e pior*. Nesta fase de seu programa determinístico Sapolsky sofisticou seu determinismo integrando a biologia em sentido interno ao ser humano ao seu contexto biológico revisando alguns dos seus cânones anteriores, sem perder, contudo sua ênfase no determinismo biológico.

Sapolsky expressa sua revisão do paradigma determinista biológico nos seguintes termos

Os genes não são assim o cálice sagrado do determinismo se podem ser regulados pelo cheiro de um bumbum de nenê. E eles são regulados por todas essas diferentes manifestações do ambiente. Em outras palavras, os genes não fazem sentido fora do contexto do ambiente. [...] Portanto, os fatores de transcrição regulam os genes. O que regula os fatores de transcrição? A resposta é devastadora para o conceito de determinismo genético: o ambiente. (SAPOLSKY, 2017, p.236)

Dentro deste novo programa de determinismo biológico que chamaremos integrado, pois não se limite a circunscrever a biologia do indivíduo como determinante das suas ações Sapolsky rejeita amplamente o livre arbítrio, para o qual trata-se de um conceito *non sense*.

Se rejeitarmos o livre-arbítrio quando se trata de nossos piores comportamentos, o mesmo deverá se aplicar aos melhores: aos nossos talentos, demonstrações de foco e força de vontade, momentos de arrebatadora criatividade, decência e compaixão. Pela lógica, deveria parecer tão ridículo levar o crédito por essas características quanto reagir a um elogio à beleza de suas maçãs do rosto agradecendo à pessoa por implicitamente elogiar seu livre-arbítrio, em vez de explicar como forças mecânicas agiram sobre os arcos zigomáticos de seu crânio. (SAPOLSKY, 2017, p.924)

1.2.3.2 DETERMINISMO FÍSICO

O determinismo físico sugere que todos os eventos e fenômenos no universo são governados por leis físicas, e seus resultados são determinados por estados físicos anteriores (LAPLACE, 2010). As raízes do determinismo físico podem ser rastreadas até o surgimento da mecânica clássica no século 17, liderada por cientistas como Isaac Newton. As leis do movimento de Newton e sua estrutura matemática para entender o mundo físico lançaram as bases para a ideia de que o universo opera de acordo com leis deterministas previsíveis.

O argumento central do determinismo físico postula que o comportamento e os resultados de todas as entidades físicas, de partículas subatômicas a corpos celestes, são determinados unicamente pelas leis da física e pelas condições físicas iniciais (LAPLACE, 2010). De acordo com esse ponto de vista, se alguém possui conhecimento completo do estado presente do universo e das leis que governam, seria possível prever com certeza os estados e eventos futuros. Tendo em vista a visão cósmica dos gregos antigos vista

anteriormente, uma compatibilidade de pensamento emerge.

O determinismo físico afirma que não há espaço para o acaso ou a aleatoriedade no universo. Todo evento, seja o movimento dos planetas, a trajetória de um objeto em queda ou as reações químicas dentro de uma célula, pode, em princípio, ser calculado e determinado com base nas leis físicas que os regem (LAPLACE, 2010).

No debate determinista, o determinismo físico frequentemente contrasta com outras perspectivas que enfatizam diferentes fatores causais (FRANKFURT, 2007). Enquanto o determinismo físico destaca a natureza determinista das leis físicas, outros pontos de vista deterministas enfatizam a influência da genética, estruturas sociais ou processos químicos no comportamento e resultados humanos.

O determinismo físico originou-se do desenvolvimento da mecânica clássica e da ideia de que o universo opera de acordo com leis físicas previsíveis. Argumenta que todos os fenômenos físicos são determinados pelas leis da física e suas condições iniciais. O determinismo físico ocupa um lugar dentro do debate determinista mais amplo, enfatizando a natureza determinista dos fenômenos físicos. A perspectiva de Laplace se alinha com o determinismo físico, pois ele acreditava que o conhecimento completo dos estados físicos e das leis permitiria a previsão de estados futuros com certeza.

Um grande apoio ao determinismo físico vem sendo realizado a partir dos progressos das ciências exatas, em especial da física, através de sua incorporação aos programas filosóficos contemporâneos.

Um reconhecido filósofo defensor do determinismo como Daniel Dennet em importante obra sobre a defesa do determinismo *Freedom Evolves* integra os avanços da física no seu programa determinístico, afirmando

A Física Quântica nos resgatará! Quando aprendemos que no estranho mundo da subatômica física, regras diferentes se aplicam, regras indeterminísticas, isso dá origem, muito apropriadamente, a uma nova busca: mostrar como podemos aproveitar esse indeterminismo quântico para abrir um modelo de um ser humano como um lutador com oportunidades genuínas, capazes de tomar decisões verdadeiramente livres. (DENNETT, 2003, p. 08).

A perspectiva de Dennett apesar de explicitamente refutar qualquer tipo de compatibilismo introduz de modo muito rico a pluralidade de leis e conjuntos explicativos do natural como um importante cenário para se entender que o determinismo pode sim ser um elemento que preserva nossa natureza humana, muito entrelaçada com uma separação do restante da natureza - uma separação importante para a noção de livre-arbítrio ou vontade livre. Em *Freedom Evolves*, Dennet termina por identificar o conjunto de leis da natureza com

o que chamamos de liberdade, afirmando que “A compatibilidade entre livre arbítrio e ciência (determinista ou indeterminista – não faz diferença) não é tão inconcebível como antes pareceu” (DENNET, 2003, p.306).

A proposta naturalista de Dennett é não compatibilista exatamente porque em sua reflexão há apenas a base natural da realidade, conforme o mesmo expressa, ao afirmar que em *Freedom Evolves*

Tentei mostrar, com a ajuda de muitos outros pensadores, que podemos e devemos substituir essas tradições sacrossantas, mas frágeis, por uma base mais naturalista. É assustador abandonar tão honrados preceitos como o conflito imaginado entre determinismo e liberdade, e a falsa segurança de um Eu ou Alma milagrosa para ser o lugar onde a responsabilidade repousa. A análise filosófica, por si só, não é suficiente motivar uma mudança tão drástica em nosso pensamento, mesmo quando é fundamentalmente correta, e talvez a característica mais radical deste livro de um filósofo é a preeminência dada ao trabalho de não-filósofos. (DENNETT, 2003, p. 306).

1.3 DETERMINISMO LAPLACIANO

Um pensador que pode ser dado como exemplo de determinista é Pierre Simon, o marquês de Laplace. Simon de Laplace argumentou que se alguém tivesse perfeito conhecimento da posição e do movimento de cada partícula no universo, poderia prever com total precisão o estado futuro do universo. A entidade hipotética com esta capacidade é comumente conhecida como o demônio de Laplace.

Todos os eventos, mesmo aqueles que por sua irrelevância parecem não se relacionar às grandes leis da natureza, delas constituem uma série tão necessária quanto as revoluções do Sol. Na ignorância dos elos que os unem ao sistema inteiro do Universo, fez-se com que eles dependessem de causas finais ou do acaso, conforme ocorressem e se sucedessem com regularidade ou sem ordem aparente. Mas essas causas imaginárias têm sido sucessivamente eliminadas pela extensão dos limites de nossos conhecimentos e desaparecem completamente perante a sã filosofia, que vê nelas somente a expressão da nossa ignorância em relação às causas verdadeiras (LAPLACE, 2010, p.42)

Essa perspectiva se alinha com a confiança de Laplace na previsibilidade do universo com base em uma compreensão completa de suas leis físicas. O determinismo de Laplace encontra suas raízes nos avanços científicos e filosóficos da era iluminista. Laplace, influenciado pela cosmovisão determinista da física newtoniana, procurou estender os princípios do determinismo a tudo que ocorre no Universo.

Os eventos atuais têm com os precedentes uma ligação fundada no princípio evidente de que uma coisa não pode começar a ser sem que haja uma causa que a produza. Esse axioma, conhecido pelo nome de *princípio da razão suficiente*, se estende até mesmo às ações que se julgam indiferentes. (LAPLACE, 2010, p.42)

Em outras palavras, ele propôs que não há aleatoriedade ou indeterminação no universo. Todo evento, desde o movimento dos planetas até os pensamentos e ações dos indivíduos, poderia, em princípio, ser calculado e determinado. Para além disso, deveria-se

sempre assumir que tudo do estado atual do Universo poderia ser investigado para aprender-se mais sobre seus estados anteriores:

Devemos considerar o estado presente do Universo como o efeito de seu estado anterior e a causa do que vai se seguir. Uma inteligência que, em um dado instante, conhecesse todas as forças que animam a natureza a situação respectiva dos seres que a compõe, e, além disso, fosse suficientemente ampla para submeter todos esses dados à análise, compreenderia na mesma fórmula os movimentos dos maiores corpos do Universo e queles do mais leve átomo; nada lhe seria incerto, e o futuro bem como o passado estariam presentes em seus olhos (LAPLACE, 2010, p. 43)

É importante notar que o determinismo de Laplace tem sido desafiado por vários desenvolvimentos científicos e filosóficos, incluindo a mecânica quântica, a teoria do caos e o conceito de livre-arbítrio, (MERLUSSI, 2021). Essas ideias sugerem que pode haver limites inerentes à previsibilidade e que certos aspectos do universo podem ser genuinamente aleatórios ou influenciados por fatores não determinísticos. No entanto, o determinismo de Laplace continua sendo uma contribuição significativa para a discussão filosófica em torno do determinismo e do livre-arbítrio.

Algumas pessoas pensam que a física quântica mostrou que o determinismo é falso. Isto ainda é controverso (ALBERT, 1992; LOEWER, 1996b; P. LEWIS, 2016), mas, contemporaneamente, é bem aceito que podemos rejeitar o determinismo sem aceitar a visão de que o comportamento de seres humanos se encontra fora do escopo das leis da natureza. Se o naturalismo é a tese de que o comportamento humano pode ser explicado do mesmo modo que as outras coisas do universo, em termos de eventos, processos naturais e leis da natureza, então, podemos rejeitar o determinismo sem rejeitar o naturalismo. (MERLUSSI et al, 2021, p.23)

No debate determinista, o determinismo de Laplace é frequentemente contrastado com outras perspectivas que enfatizam diferentes fatores causais, como determinismo psicológico (LAURENTI, 2008). Enquanto o determinismo de Laplace enfatiza a previsibilidade dos fenômenos físicos, outros pontos de vista deterministas destacam a influência da genética (BURBANO, 2006), das estruturas sociais ou dos processos químicos (SAMPAIO, 2005) no comportamento e nos resultados humanos.

Laplace chegou a argumentar contra a noção de determinismo absoluto. Embora reconhecesse a natureza determinista das leis físicas e sua capacidade de prever eventos, Laplace introduziu várias objeções importantes.

Laplace reconheceu que o verdadeiro determinismo exigiria um conhecimento completo das condições iniciais e das leis precisas que governam o universo. No entanto, ele apontou que os observadores humanos são limitados em sua capacidade de obter e processar grandes quantidades de informações. Nosso conhecimento é inerentemente incompleto, introduzindo um elemento de incerteza em qualquer tentativa de prever o

futuro.

Pode-se mesmo dizer, rigorosamente, que quase todos os nossos conhecimentos são apenas prováveis; e no pequeno número de coisas que podemos saber com certeza, mesmo nas ciências matemáticas, os principais meios para se chegar à verdade – a indução e a analogia – são fundados nas probabilidades (LAPLACE, 2010, p.41)

Note que isso não se trata de um descarte da hipótese determinista em si mesma, mas apenas da possibilidade de agentes humanos calcularem os eventos determinados com perfeita precisão, o que os levaria a existir sempre com um véu de incertezas – por menores que estas sejam. Assim, Laplace parece tomar um tipo cético de determinismo como sua posição, certo de que o universo está determinado, mas desconfiado de previsões humanas acerca de seu destino.

Laplace destacou o impacto de fatores externos que podem não ser incluídos em equações determinísticas. Ele argumentou que a complexidade das interações entre inúmeras entidades, tanto visíveis quanto invisíveis, tornaria impossível construir um modelo determinista completo. Fatores como intenções humanas, dinâmica social e eventos estocásticos introduzem imprevisibilidade no sistema: *“Estendendo essa consequência a todos os fatos extraordinários, resulta que a probabilidade do erro ou da mentira da testemunha torna-se tanto maior quanto mais extraordinário for o fato atestado”* (LAPLACE, 2010).

As ideias de Laplace prenunciaram o desenvolvimento posterior da teoria do caos. Ele reconheceu que mesmo pequenas mudanças nas condições iniciais poderiam levar a resultados significativamente divergentes ao longo do tempo. Essa sensibilidade às condições iniciais, comumente conhecida como efeito borboleta, implica que, mesmo em um sistema determinístico, previsões precisas seriam praticamente impossíveis devido às limitações inerentes à precisão da medição.

As desigualdades desse tipo têm sobre os resultados do cálculo das probabilidades uma influência sensível que merece particular atenção. Consideremos o jogo de *cara* ou *coroa* e suponhamos que seja igualmente fácil obter uma ou outra face da moeda. Então, a probabilidade de obter cara no primeiro lançamento é $1/2$, e aquela de obtê-la duas vezes seguidas é $1/4$. Mas se há na moeda uma desigualdade que faz aparecer com mais frequência uma das faces, sem que se conheça qual é a face favorecida por essa desigualdade, a probabilidade de obter *cara* no primeiro lançamento será sempre $1/2$, pois no estado de ignorância em que nos encontramos acerca de qual das faces é favorecida por essa desigualdade, tanto a probabilidade do evento simples pode ser aumentada, se essa desigualdade lhe for favorável, como pode ser diminuída, se essa desigualdade lhe for contrária. Mas mesmo nessa ignorância, a probabilidade de obter *cara* duas vezes seguida é aumentada. (LAPLACE, 2010, p.87)

A crítica de Laplace ao determinismo tem implicações profundas para nossa

compreensão da causalidade, previsibilidade e livre-arbítrio. As objeções de Laplace desafiam a ideia de um universo totalmente causal e previsível. Embora as leis físicas governem sistemas deterministas, nosso conhecimento limitado e a presença de fatores externos introduzem imprevisibilidade inerente. A interação desses fatores torna impossível possuir conhecimento completo e prever com precisão todos os eventos futuros.

A crítica de Laplace também levanta questões sobre o livre-arbítrio humano. Se o universo fosse inteiramente determinista, onde cada ação e evento é determinado por fatores precedentes, o escopo para a agência humana genuína e a livre escolha seriam questionados. O reconhecimento de Laplace das limitações do conhecimento e da presença de fatores externos pode implicar a possibilidade de autonomia humana e de tomada de decisão que transcende o determinismo estrito?

1.4 UMA FILOSOFIA MORAL LAPLACIANA

Pierre-Simon Laplace também tocou no campo da filosofia moral. Sua abordagem probabilística da tomada de decisão moral introduziu novas perspectivas para o campo. A abordagem probabilística da filosofia moral de Laplace baseia-se na ideia de que as ações humanas são guiadas por um cálculo de probabilidades. Ele argumentou que as decisões morais deveriam ser fundamentadas na avaliação da probabilidade de resultados desejados e suas consequências correspondentes. Em vez de se apoiar em princípios éticos fixos, Laplace enfatizou a importância de considerar as probabilidades de diferentes escolhas morais.

Acabamos de ver as vantagens da análise de probabilidades na investigação das leis dos fenômenos naturais cujas causas são desconhecidas ou tão complicadas que seus resultados não podem ser submetidos ao cálculo. É o caso de quase todas as disciplinas das ciências morais. Tantas causas imprevisíveis, ocultas ou inapreciáveis, influenciam as instituições humanas que é impossível julgar a priori os resultados. A série de eventos que o tempo provoca desenvolve esses resultados e indica os meios de remediar aqueles que são prejudiciais. (LAPLACE, 2011, p.43)

A abordagem probabilística de Laplace teve uma influência notável nos filósofos subsequentes, particularmente no campo do utilitarismo. Sua ênfase na avaliação das probabilidades de resultados alinhava-se com pensadores utilitaristas que visavam maximizar a felicidade geral ou a utilidade. Filósofos como Jeremy Bentham e John Stuart Mill incorporaram o raciocínio probabilístico em suas estruturas éticas, buscando determinar o curso de ação moralmente correto, considerando as prováveis consequências de diferentes escolhas.

A abordagem probabilística de Laplace também enfrentou críticas de vários

quadrantes. Alguns filósofos argumentavam que reduzir as decisões morais a probabilidades minava a importância dos valores e princípios morais. Eles defendiam que a ética deveria ser fundamentada em princípios universais e não em meros cálculos de probabilidades. Os críticos também levantaram preocupações sobre a subjetividade e falibilidade de atribuir probabilidades a resultados morais, sugerindo que isso poderia levar ao relativismo ou manipulação de julgamentos éticos.

O compatibilismo procura conciliar o determinismo com o livre-arbítrio, sugerindo que eles podem coexistir. A abordagem probabilística de Laplace, com sua ênfase na avaliação de probabilidades e resultados prováveis, oferece insights sobre como a tomada de decisão moral pode ser compatível com uma visão de mundo determinista.

Como Laplace argumentou que se alguém possuísse um conhecimento completo do estado atual do universo, incluindo as posições e velocidades de todas as partículas, bem como uma compreensão das leis da física, eles poderiam prever os estados futuros do universo com certeza, sua perspectiva apoia o argumento central do determinismo, sugerindo que o comportamento das entidades físicas é determinado unicamente por leis físicas e condições iniciais (LAPLACE, 2010). De acordo com Laplace, não há aleatoriedade ou indeterminação no universo se alguém possui conhecimento completo dos estados físicos e das leis que os regem (LAPLACE, 2010), mas é necessário manter cautela quanto às previsões feitas por mentes falíveis como as dos humanos. Uma abordagem probabilística da moral, portanto, deveria reconhecer esta possibilidade de erro e sempre manter contingências para tal.

CAPÍTULO 2

O presente segundo capítulo desenvolverá, num primeiro momento, o debate presente entre o determinismo e o livre arbítrio através daquilo que na tradição filosófica ficou designado pelo conceito de compatibilismo.

O leitor poderá acompanhar o desenvolvimento da argumentação através de como se desenvolveu o compatibilismo em algumas das principais “ondas” compatibilistas vistas na história da Filosofia e seus pensadores, bem como os principais conceitos definidores usados para elaborar seus argumentos, e o lugar da obra de Harry Frankfurt no desenvolvimento da corrente compatibilista contemporânea.

O capítulo desenvolverá, ainda, as principais críticas ao determinismo, os conceitos e definições disputados no debate, e defenderá a vigência e a validade do *Princípio das Possibilidades Alternativas* proposto por Harry Frankfurt como parte de sua contribuição à tentativa de resolução para a contenda filosófica entre determinismo e livre arbítrio.

2. COMPATIBILISMO

O compatibilismo é uma posição filosófica que tenta reconciliar determinismo e livre-arbítrio (MERLUSSI, 2021). Ele sustenta que o livre-arbítrio pode coexistir com o determinismo, o que significa que, mesmo que todos os eventos sejam causalmente determinados, os indivíduos ainda podem ter controle sobre suas escolhas e ações.

O Compatibilismo oferece uma solução ao problema do livre arbítrio, que diz respeito ao debate sobre a incompatibilidade entre o livre arbítrio e o determinismo. O compatibilismo é a tese de que o livre arbítrio é compatível com o determinismo. Em geral, como o livre arbítrio é considerado uma condição necessária para a responsabilidade moral, o compatibilismo, às vezes, é formulado como uma tese sobre a compatibilidade entre a responsabilidade moral e o determinismo. (MERLUSSI, 2021, p.136).

A posição compatibilista é frequentemente contrastada com o incompatibilismo, que argumenta que o determinismo e o livre-arbítrio são mutuamente excludentes (INWAGEN, 1974). Os incompatibilistas argumentam que, se o determinismo é verdadeiro, então os indivíduos não podem ser verdadeiramente livres, pois todas as suas ações são predeterminadas. Isso pode denotar o livre-arbítrio como exigindo alguma forma de indeterminação ou aleatoriedade no processo de tomada de decisão.

No entanto, os compatibilistas rejeitam essa visão e argumentam que o livre-arbítrio pode existir mesmo que o determinismo seja verdadeiro (PRUSKI, 2022). Uma maneira comum de defender essa posição é concentrando-se na natureza do próprio livre-arbítrio. Os compatibilistas argumentam que o livre-arbítrio deve ser entendido como a capacidade de

agir de acordo com os desejos e motivações de alguém, independentemente de esses desejos serem causalmente determinados (FRANKFURT, 2007).

A noção de que a necessidade não mina a autonomia de forma inevitável é familiar e amplamente aceita. Mas a necessidade não é apenas compatível com autonomia; em certos aspectos, ela é essencial para sua existência. Deve haver limites para nossa liberdade para termos uma realidade pessoal o suficiente para exercer autonomia genuína. Aquilo que não tem fronteiras, não tem forma. (FRANKFURT, 2007, p.9)

2.1 O PROBLEMA DO LIVRE ARBÍTRIO E DETERMINISMO

Uma questão antiga no cenário acadêmico é a coexistência de dois grandes conceitos aparentemente mutuamente excludentes, o Livre Arbítrio e o Determinismo, ou Determinismo Causal. De forma sucinta, a primeira teoria dita que seres agentes são capazes de escolher agir da forma que querem, de uma maneira que possa ser considerada suficientemente “livre”, um termo de definição fluida através do tempo e dos olhares de diferentes correntes de pensamento na Filosofia. Já a segunda, partindo da Causalidade, conclui que todo evento ocorrido e toda ação feita no Universo estão também causalmente conectados com o desabrochar natural do tempo-espço, independente da vontade de qualquer agente ou através de sua vontade, porém sendo esta também pré-determinada.

Ainda que a terminologia tenha demorado a coalescer, em parte devido a visões divergentes entre diferentes culturas e diferentes pensadores sobre as definições de liberdade, vontade e liberdade de ação, há argumentos defendendo a existência deste debate desde Santo Agostinho (DEHLI, 1982), Epiteto (FREDE, 2011) e Platão e Aristóteles (IRWIN, 1992), a depender da definição de liberdade de vontade usada como critério para eliminar mais ou menos contribuições ao longo da história. O fato é que indagações quanto à aplicabilidade de responsabilidade moral em circunstâncias que cerceavam, reduziam ou relativizavam a liberdade do agente levaram pensadores desde ao menos Aristóteles (HECHT, 2014) a tentar formular uma definição satisfatória de liberdade e consequentemente vontade livre ou livre arbítrio.

Embora a incompatibilidade do livre-arbítrio e do determinismo possa parecer intuitivamente óbvia, ela não permaneceu inquestionada no decorrer da história. Na visão de mundo dos estoicos entre o século III a.c. e II d.c., o cosmo estava causalmente pré-determinado por Deus, não sendo os agentes possuidores da “liberdade para escolher entre ações opostas”.

Ao invés disso, seria “o que acontece através de nós que depende de nós”⁸, como

⁸ Alexander Aphrodisias – *On Fate*; Traduzido da versão de R. W. SHARPLES (1983).

explicado na metáfora de Crisipo de Solos comparando a expressão do livre-arbítrio dos seres humanos no universo predeterminado à forma que objetos diferentes são sujeitos a reações e interações diferentes. Em outras palavras, a propriedade de objetos redondos rolarem quando sujeitos a força suficiente, por exemplo, é similar à propriedade dos agentes livres de sempre agir de acordo com o causalmente determinado.

Em seu *Tratado sobre o Destino*, Alexandre de Afrodísias⁹ criticou arduamente a visão cosmológica estoica, afirmando se tratar de uma perspectiva determinista e que, por isso, levaria à decadência e eventual erradicação da moral, visto que, em um universo pré-determinado, a deliberação quanto à ação humana não teria sentido (pois a ação ocorreria de toda forma, estando determinada), e, portanto, não haveria razão para ela existir e haveria um consequente declínio da moralidade humana praticada através da razão. Ainda em prol de seu argumento, demonstrou a natureza determinista da cosmovisão estoica a partir da inversão do argumento de Crisipo de Solos:

Alexandre [de Afrodísias] vira a analogia de Crisipo do cilindro rolando ladeira abaixo contra a posição estoica. Crisipo diz que, enquanto um empurrão inicial é necessário para colocar o cilindro em movimento, se e como o cilindro rola depende de sua forma e, da mesma forma, enquanto uma impressão inicial é necessária para colocar uma pessoa em movimento, como eles respondem à impressão depende do tipo de pessoa que são e, portanto, são responsáveis por como agem. Mas, diz Alexandre, as coisas redondas devem rolar ladeira abaixo quando empurradas; não lhes cabe enrolar ou não. Em vez disso, elas são obrigadas a rolar por uma espécie de necessidade interna. E se os estoicos estão certos, as pessoas cruéis também são compelidas por suas naturezas viciosas, por uma espécie de necessidade interna, a fazer suas más ações. (O'KEEF, 2021)

Dali em diante e até o século XVII, nenhuma consideração séria quanto à possibilidade de haver compatibilidade entre os conceitos do livre-arbítrio e determinismo se destacaria nas discussões e meditações registradas que sobreviveram. Discussões sobre livre-arbítrio e determinismo passaram a se expressar na mútua exclusão, com defensores de cada lado buscando fortalecer argumentos a favor de sua teoria e minar argumentos à favor da oposta.

Somente durante a Modernidade o compatibilismo encontraria mais simpatia entre os empiristas, que mostrariam maior simpatia à hipótese de que as pessoas podem ser livres e responsáveis pelos seus atos mesmo se suas escolhas forem determinadas por fatores além de seu poder. A perspectiva de uma hipótese compatibilista volta a ser mais claramente expressada na tradição Ocidental em Hobbes (1651) e Hume (1748), que costumam ser elencados para representar a chamada primeira fase ou Fase Clássica do compatibilismo.

⁹ A definição de liberdade do comentador aristotélico foi elaborada como parte de sua teoria aristotélica da liberdade, e afirma que um curso de ação será escolhido livremente se, no momento da ação, estiver optável ao agente fazer ou deixar de fazer a ação em questão (FREDE, 2017).

2.2 O COMPATIBILISMO

No Capítulo XXI d'*O Leviatã*, Thomas Hobbes elabora suas visões sobre liberdade, incluindo um parágrafo dedicado à defesa da compatibilidade entre *liberdade* e *necessidade* que, nesse contexto, equivale a determinismo. Hobbes concilia o aspecto determinista da realidade através de um argumento teológico, considerando todas as ações humanas livres quando tomadas por seus agentes, mas determinadas pela corrente de reações produzidas pelas decisões livres dos seres humanos.

Sendo Deus o primeiro agente livre da Criação, é sua ação que produz todos os eventos desenrolando agora e até o fim do próprio tempo, e sendo onisciente, Deus sabe também de todas as escolhas que serão tomadas em razão de sua própria primeira escolha, e em razão das escolhas e eventos por ela desencadeados. O futuro é, portanto, determinado, sendo a única liberdade relevante a liberdade de exercer esta vontade ou não. Isso se conecta bem com a definição de livre-arbítrio de Hobbes:

Por último, do uso da expressão livre arbítrio não é possível inferir qualquer liberdade da vontade, do desejo ou da inclinação, mas apenas a liberdade do homem; a qual consiste no fato de ele não deparar com entraves ao fazer aquilo que tem vontade, desejo ou inclinação de fazer. (HOBBS, 2019).

David Hume trouxe duas análises da natureza da vontade na seção *da liberdade e da necessidade* nas obras *Tratado da Natureza Humana* (1739) e *Investigação Sobre o Entendimento Humano* (1748). Na primeira, fez a distinção entre duas definições de liberdade, a *espontaneidade* (a ausência de impedimento para seguir suas vontades e desejos) e a *indiferença* (a ausência de relação causal envolvendo a vontade), argumentando de maneira bastante similar a Hobbes; já na *Investigação*, o tom do texto é mais forte e se dirige de maneira mais direta ao tema:

Pois o que se entende por *liberdade* quando esse termo é aplicado a ações voluntárias? Com certeza, não estamos querendo dizer que as ações têm tão pouca conexão com motivos, inclinações e circunstâncias que não se sigam deles com um certo grau de uniformidade, e que esses mesmos motivos, inclinações e circunstâncias não apoiem uma inferência que nos permite concluir a existência das ações, pois esses são fatos simples e reconhecidos. Por *liberdade*, então, só nos é possível entender *um poder de agir ou não agir, de acordo com as determinações da vontade*; isto é, se escolhermos ficar parados, podemos ficar assim, e se escolhermos nos mover, também podemos fazê-lo. Ora, essa liberdade hipotética é universalmente admitida como pertencente a todo aquele que não esteja preso e acorrentado. (HUME, 2003, p. 136-137)

Portanto, ambos os pensadores concordam que a discussão sobre o problema do livre-arbítrio e do determinismo se trata de uma questão de definição, com a liberdade ao alcance humano sendo definida pela ausência de obstáculos na busca por saciar seus desejos e vontades, e não uma liberdade para escolher as vontades que temos.

Essas vontades, no entanto, são expressões de nossa liberdade reciprocamente, pois resultam de nós como reações únicas às condições em que agimos. O livre-arbítrio como algo distinto dos desejos, uma vontade livre ao invés de só uma vontade, só pode ser atestado hipoteticamente através da possibilidade de não se ter escolhido uma ação quando ela foi realizada, mas qualquer senso de ser, personalidade e moralidade seria perdido se os seres humanos não se comportassem causalmente no mundo (HUME, 2003).

Hume e outros clássicos mantiveram que essa “liberdade hipotética” funcionava como um contrafactual que provava que um agente poderia ter agido de outra forma sob condições contrafactuais. Essencialmente, como o determinismo é uma tese sobre o que deve acontecer no futuro *dado o passado factual*, ele é consistente com um futuro diferente *dado um passado diferente* (MCKENNA e COATES, 2021). Portanto, dizer que uma pessoa tem livre-arbítrio quando realiza uma ação equivale a dizer que a pessoa teria agido de outra forma se outras condições estivessem presentes, e realizou a ação hipotética livremente, ou seja, sem obstáculos para concretizar sua vontade (note a similaridade com a visão estoica da liberdade expressada na ação humana através de tendências individuais inerentes).

Essa análise alternativa buscava minar o argumento incompatibilista clássico, que tinha como concepção de liberdade a capacidade de agir de outra forma. No entanto, o argumento estava fadado a falhar contra as críticas subsequentes de teor determinista incompatibilista, melhor sintetizadas quando declarou Shopenhauer: “o homem é livre para fazer o que quer, mas não para querer o que quer” (2005).

As críticas incompatibilistas apresentaram situações que, segundo a análise condicional apresentada pelos compatibilistas clássicos, se tratariam de casos em que o indivíduo em questão apresentou vontade livre. Mas as circunstâncias apresentadas colocaram e ainda colocam em dúvida o que pode ou não ser descrito como vontade livre, como quando pessoas têm suas vontades afetadas ou ditadas por condições psicológicas de um modo que torne aparente que algumas de suas escolhas estariam determinadas por essas condições, e não por uma vontade autêntica originada na própria pessoa.

Para melhor expressar os problemas deixados à luz pelos incompatibilistas em resposta à Fase Clássica do Compatibilismo, segue um resumo do modelo de argumento apresentado nos debates filosóficos acerca desse tema. Junto a isso, também é apresentado um caso real, objeto de estudo científico, que concretiza as partes do argumento incompatibilista de uma forma que pode demonstrar sua verossimilhança e relevância do debate como um todo para o mundo dos fatos.

Pessoa A, quando levada a considerar entre fazer X ou Y (que pode também significar fazer ou deixar de fazer alguma ação, como a liberdade hipotética de Hume), escolhe X em razão de condições psicológicas pré-existentes que a levam a ser incapaz de formar a vontade de fazer Y, e não encontra impedimento ou obstáculos para realizar sua vontade. Nestas condições, pessoa A age livremente de acordo com a visão compatibilista clássica, o que significa somente dizer que não encontrou impedimento ou obstáculos na concretização de sua vontade. No entanto, ela não poderia ter agido de outra forma sem que outras coisas além de sua vontade também mudem no exemplo enunciado, o que provaria que a vontade de A é correlata com suas condições.

Um exemplo real que se encaixa bem com esta crítica incompatibilista e que demonstra o quão rudimentar estava este estágio da discussão sobre a natureza da liberdade foi estudado por BURNS et al (2003). Como relata o artigo, ao longo do ano de 2000, um homem de quarenta anos, sem histórico prévio de interesses parafilicos, desenvolveu e rapidamente intensificou desejos e comportamentos sexuais descontrolados que incluíam, embora não fossem limitados a, desejos e impulsos de praticar pedofilia. Pouco após ser preso em razão de seu novo comportamento, o homem reclamou de dores de cabeça e dificuldades para manter equilíbrio, e exames médicos feitos em seguida revelaram a presença de um tumor cerebral.

O artigo explica que a parte do cérebro em que o tumor se formara está relacionada com o regulamento do comportamento social (BURNS et al, 2003), e a remoção do tumor resultou no fim dos sintomas de tontura, dores de cabeça... e desejos e impulsos de se relacionar sexualmente com crianças. Não só isso, mas o retorno posterior de comportamento pedófilo por parte do examinado foi respondido com novos exames na mesma região do cérebro, que confirmaram o retorno de atividade cancerígena na área. E, após mais uma cirurgia, o homem não apresentou mais aquele desvio de comportamento.

O caso examinado no artigo apresenta um contraexemplo para contentar com o argumento compatibilista clássico, uma vez que o homem examinado apresentou, na análise clássica, liberdade total de realizar seus desejos, que seriam eles mesmos à sua vontade. Mas, apontariam os incompatibilistas, o homem apresentado no caso exposto não pareceu ter agido de acordo com sua vontade, mesmo quando agiu em busca da realização de seus desejos.

Pelo contrário, seria antes possível dizer que sua vontade foi superada ou vencida por seus novos desejos, que foram causados (determinados) por alterações em seu corpo. Compare o exemplo do estudo destacado anteriormente com o de McKenna e Coates

(2021):

Suponha que Danielle seja psicologicamente incapaz de querer tocar um cão de pelos loiros. Imagine que, em seu aniversário de dezesseis anos, ignorante de sua condição, seu pai lhe traga dois filhotes para que escolha um, sendo um, um labrador loiro, e o outro, um labrador preto. Ele diz a Danielle apenas que ela deve pegar o filhote que ela quer e que ele devolverá o outro à loja de animais. Danielle, feliz e desimpedida, faz o que ela quer e pega o labrador preto. (MCKENNA e COATES, 2021)

Como se vê nos dois exemplos, a pessoa do exemplo agiu sem impedimentos ou obstáculos para realizar sua vontade. Mas não é certo dizer que ela agiu livremente, visto que algumas condições psicológicas podem afetar o julgamento das pessoas drasticamente, a ponto de não mais tomarem decisões coerentes com a realidade. Dizer que estas pessoas podem ser levadas a tomar decisões em razão de suas condições pré-existentes é ceder que a vontade pode ser afetada por condições pré-existentes, ou seja, está também inserida no determinismo causal.

2.3 CRÍTICAS AO COMPATIBILISMO

Compatibilismo, também conhecido como determinismo fraco, é uma visão filosófica que tenta conciliar a ideia de determinismo com o conceito de livre-arbítrio. No entanto, essa visão não ficou isenta de críticas. Nesta seção, serão discutidas algumas das críticas ao compatibilismo.

Uma das principais críticas ao compatibilismo é que ele se baseia em uma noção excessivamente simplista de liberdade. Os compatibilistas definem liberdade como a capacidade de agir de acordo com seus desejos sem coerção ou impedimento externo. No entanto, essa definição não consegue capturar o sentido pleno do livre-arbítrio, que inclui a capacidade de escolher entre diferentes cursos de ação, incluindo aqueles que entram em conflito com os próprios desejos. Sem esse senso de livre-arbítrio, o compatibilismo deixa de abordar a questão central do debate, assumindo sua conclusão como dada.

Outra crítica ao compatibilismo é que ele não dá conta adequadamente do papel da sorte na ação humana. Os compatibilistas argumentam que as pessoas são livres para agir de acordo com seus desejos, mas não levam em conta o fato de que os desejos de um indivíduo são muitas vezes moldados por fatores fora de seu controle, como educação, criação e ambiente social. Assim, enquanto uma pessoa pode se sentir livre para agir de acordo com seus desejos, os próprios desejos são, em última análise, determinados por fatores além de seu controle.

Além disso, o compatibilismo enfrenta a crítica de que não fornece uma resposta

satisfatória ao determinismo , a visão de que todas as ações humanas são, em última análise, determinadas por fatores causais. Deterministas rígidos argumentam que, mesmo que as pessoas sintam que estão fazendo escolhas, suas escolhas são, em última análise, determinadas por fatores fora de seu controle. Os compatibilistas, por outro lado, argumentam que as pessoas ainda podem ser consideradas livres mesmo que suas escolhas sejam determinadas, mas eles não abordam adequadamente a questão central de se as pessoas podem ou não ser realmente consideradas livres se todas as suas ações forem determinadas.

Outra crítica ao compatibilismo é que ele não aborda a questão da responsabilidade moral. Os compatibilistas argumentam que as pessoas podem ser responsabilizadas moralmente por suas ações, mesmo que essas ações sejam determinadas. No entanto, essa visão levanta a questão de como responsabilizar alguém por algo sobre o que não tinha controle. Se todas as ações humanas são determinadas, então parece difícil atribuir responsabilidade moral a qualquer indivíduo.

Por isso, embora o compatibilismo tente conciliar o determinismo com o livre-arbítrio, ele não está isento de críticas. A definição de liberdade da visão é muitas vezes vista como excessivamente simplista, não dá conta do papel da sorte na ação humana, não fornece uma resposta satisfatória ao determinismo forte e levanta questões sobre a querela da responsabilidade moral. Essas críticas destacam a necessidade de maior exploração e refinamento do compatibilismo para compreender plenamente as complexidades do debate sobre o livre-arbítrio.

2.4 HARRY FRANKFURT E A TESE DE QUE TER ESCOLHAS NÃO IMPLICA SER LIVRE

A liberdade, um conceito fundamental na filosofia (O'KEEFE, 2021), tem sido objeto de profunda investigação filosófica e discurso há séculos (O'CONNOR e FRANKLIN, 2022). Acredita-se comumente que a posse de escolhas e a capacidade de tomar decisões de acordo com nossa própria vontade constituem um aspecto fundamental da liberdade (FRANKFURT, 2007).

O princípio que chamarei de “o princípio das possibilidades alternativas” tem desempenhado um papel dominante em quase todas as recentes investigações acerca do problema do livre arbítrio. Este princípio afirma que uma pessoa é moralmente responsável pelo que ela fez apenas se ela poderia ter escolhido fazer diferente. (FRANKFURT, 2007, p.11)

No entanto, após um exame mais detalhado, essa suposição pode nem sempre ser

verdadeira. Nos debates filosóficos, a relação entre escolha e liberdade tem sido examinada a partir de várias perspectivas, incluindo questões de agência, determinismo e responsabilidade moral.

Como visto no Capítulo I, alguns filósofos argumentam que a mera disponibilidade de escolhas não implica necessariamente em liberdade, pois fatores externos, como estruturas sociais, normas culturais e sistemas de poder, podem limitar significativamente nossa autonomia. O conceito de liberdade é muitas vezes entrelaçado com conceitos filosóficos complexos, como o livre-arbítrio, a responsabilidade moral e a natureza da agência humana. Os filósofos têm lidado com questões sobre a compatibilidade da liberdade com o determinismo, o papel da intencionalidade na ação humana e as implicações éticas das escolhas feitas em face de restrições externas (FRANKFURT, 2007).

Harry Frankfurt oferece uma abordagem interessante para o problema do livre-arbítrio e do determinismo. Em seu ensaio seminal "*Possibilidades Alternativas e Responsabilidade Moral*" (1969), Frankfurt aprofunda o conceito de "desejos" e "volições de segunda ordem" para explicar como os indivíduos ainda podem ser considerados moralmente responsáveis por suas ações, mesmo que o determinismo seja verdadeiro.

Frankfurt argumenta que a responsabilidade moral não depende da existência de possibilidades alternativas. Em vez disso, baseia-se em se um indivíduo age de acordo com seus próprios desejos de primeira ordem ou volições de segunda ordem (FRANKFURT, 2007). Volições de segunda ordem são desejos sobre os desejos ou motivações de alguém. Eles refletem a capacidade de um indivíduo de refletir e avaliar seus próprios desejos e motivações e agir de acordo.

Além de querer, escolher e ser levado a fazer isso ou aquilo, seres humanos podem querer ter (ou querer não ter) certas volições e motivações. São capazes de querer ser diferentes do que são, em suas preferências e propósitos. Muitos animais parecem possuir o que chamarei de “volições de primeira ordem” ou “volições primárias”, que são simplesmente os desejos de fazer ou não fazer uma coisa. Nenhum animal além do ser humano, no entanto, parece ter a capacidade de autoavaliação reflexiva manifestada na formação de desejos de segunda ordem. (FRANKFURT, 2007, p.12)

De acordo com Frankfurt, um indivíduo é moralmente responsável por suas ações se seus desejos de primeira ordem se alinharem com suas vontades de segunda ordem. Em outras palavras, se um indivíduo age de acordo com suas próprias vontades de segunda ordem, mesmo que esses desejos tenham sido causalmente determinados, ele ainda pode ser considerado moralmente responsável por suas ações.

Assim, nesta concepção frankfurtiana de responsabilidade moral, o peso moral de se

cometer um crime, por exemplo, seria afetado pelo estado mental do perpetrante no momento da e após a ação. No momento, porque é possível conceber casos em que a pessoa cometeria o crime sem querer fazê-lo (para proteger uma pessoa amada de sofrimento, por exemplo), e após, porque é possível conceber casos em que a pessoa não se identificaria com a ação tomada após o ato (por tê-lo feito enquanto sob efeito de substâncias psicoativas, por exemplo).

O conceito designado pelo verbo “querer” é extraordinariamente elusivo. Uma sentença na forma “A quer fazer X” (tomada por si, separada de contexto que sirva para ampliar ou especificar seu significado) transmite muito pouca informação. Tal sentença pode ser consistente, por exemplo, com cada uma das seguintes: (a) a expectativa de fazer X não provoca sensações ou respostas emocionais introspectivas em A; (b) A não está ciente de que deseja fazer X; (c) A acredita que não quer fazer X; (d) A quer abster-se de fazer X; (e) A quer fazer Y e acredita que é impossível fazer Y e X concomitantemente; (f) A não quer “realmente” fazer X; (g) A preferiria morrer a fazer X; e assim por diante. (FRANKFURT, 2007, p.13)

A abordagem de Frankfurt ao compatibilismo tem sido influente nos debates contemporâneos sobre livre-arbítrio e determinismo (MERLUSSI, 2021). Sua ênfase nas volições de segunda ordem tem sido elogiada por fornecer um relato do livre-arbítrio que é compatível com o determinismo. No entanto, sua abordagem também tem sido criticada por ser muito estreita e não conseguir capturar globalmente a complexidade da tomada de decisões humanas. Apesar dessas críticas, o trabalho de Frankfurt continua a ser uma importante contribuição para o debate filosófico sobre o livre-arbítrio e o determinismo, e sua abordagem do compatibilismo continua a ser estudada e debatida pelos filósofos de hoje.

2.5 PRINCÍPIO DAS POSSIBILIDADES ALTERNATIVAS - PPA

O PPA foi introduzido pela primeira vez como um princípio formal pelo filósofo americano Harry Frankfurt em seu artigo de 1969 "*Alternate Possibilities and Moral Responsibility*". O artigo de Frankfurt buscou questionar a visão determinista predominante na época (MERLUSSI, 2021), que sustentava que a responsabilidade moral exigia a capacidade de escolher entre possibilidades alternativas. Frankfurt argumentou que o PPA era desnecessário para a responsabilidade moral, e que um agente poderia ser moralmente responsável mesmo que não tivesse possibilidades alternativas.

O princípio que chamarei de “o princípio das possibilidades alternativas” tem desempenhado um papel dominante em quase todas as recentes investigações acerca do problema do livre arbítrio. Este princípio afirma que uma pessoa é moralmente responsável pelo que ela fez apenas se ela poderia ter escolhido fazer

diferente. Seu exato significado é objeto de controvérsias, particularmente quanto a se o aceite do mesmo significa acreditar que responsabilidade moral e determinismo são incompatíveis.

[...]

Mas o princípio das possibilidades alternativas é falso. Uma pessoa pode bem ser moralmente responsável por algo que não poderia ter evitado fazer. A plausibilidade do princípio é uma ilusão que pode ser dissipada através do foco nos fenômenos morais relevantes. (FRANKFURT, 2007, p.1)

O argumento sustenta-se na análise dos "casos de Frankfurt", cenários hipotéticos em que as ações de um agente são determinadas por fatores externos, mas nos quais o agente ainda é considerado moralmente responsável. De acordo com o PPA em sua interpretação clássica (anterior a de Harry Frankfurt), se um agente é coagido ou forçado a realizar uma ação, ele não é moralmente responsável por essa ação. Isso porque ele não tinha a possibilidade alternativa de não realizar a ação. Da mesma forma, se as ações de um agente são determinadas por fatores externos, como genética ou eventos passados, ele não é moralmente responsável por essas ações, porque não poderia ter feito de outra forma.

Suponhamos que uma pessoa seja ameaçada convincentemente de uma penalidade que ela considere inaceitável e que ela então faça o que é requerido por quem faz a ameaça. Podemos imaginar os detalhes que tornariam razoável para nós pensar que a pessoa foi coagida a realizar a ação em questão, que ela não poderia ter feito diferente, e que ela não tem responsabilidade moral por tê-lo feito. Mas o que, exatamente, requer o julgamento de que a pessoa ameaçada não é moralmente responsável por sua ação nesse tipo de situação? (FRANKFURT, 2007, p.3)

As proposições de Harry Frankfurt têm sido amplamente discutidas na literatura filosófica, com diversas interpretações e críticas. Alguns filósofos argumentam que o PPA é muito rigoroso e irrealista, e que, em muitos casos, um agente pode ser moralmente responsável, mesmo que não pudesse ter feito de outra forma. Por exemplo, um agente pode ser coagido a realizar uma ação, mas pode ter agido com a intenção de evitar um resultado pior. Nesse caso, o agente pode ser considerado moralmente responsável, apesar de não ter possibilidades alternativas.

Outra crítica ao PPA é que ele assume uma visão determinista do mundo. Em um mundo determinista, todo evento é determinado por eventos anteriores e, assim, as ações de um agente são determinadas por fatores além de seu controle. No entanto, em um mundo com indeterminação ou acaso, um agente pode não ter possibilidades alternativas, mas ainda pode ser moralmente responsável por seus atos.

Apesar dessas críticas, o PPA continua sendo um conceito importante nas discussões sobre responsabilidade moral. Ele fornece uma estrutura útil para analisar casos em que as ações de um agente são limitadas por fatores externos e para determinar quando um agente

pode ser considerado moralmente responsável por suas ações. Além disso, o PPA é relevante não apenas para debates filosóficos, mas também para discussões jurídicas e políticas sobre responsabilidade.

Assim, o Princípio das Possibilidades Alternativas é um conceito central nas discussões sobre responsabilidade moral. Embora tenha sido objeto de críticas e interpretações, continua sendo uma estrutura útil para analisar casos de responsabilidade moral e avaliar o impacto de fatores externos nas ações de um agente. Compreender o PPA é essencial para obter informações sobre a natureza da responsabilidade moral e para navegar nos complexos dilemas éticos que surgem na vida cotidiana.

Harry G. Frankfurt desenvolveu uma abordagem para rebater o determinismo. Primeiro, vamos fornecer um esboço geral da abordagem de Frankfurt. Frankfurt é um defensor do compatibilismo, que é a visão filosófica de que o livre-arbítrio e o determinismo são compatíveis.

A noção de que a necessidade não mina a autonomia de forma inevitável é familiar e amplamente aceita. Mas a necessidade não é apenas compatível com autonomia; em certos aspectos, ela é essencial para sua existência. Deve haver limites para nossa liberdade para termos uma realidade pessoal o suficiente para exercer autonomia genuína. Aquilo que não tem fronteiras, não tem forma. (FRANKFURT, 2007, p. ix)

De acordo com o compatibilismo, é possível que os indivíduos possuam livre arbítrio e façam escolhas moralmente responsáveis, mesmo que o mundo seja determinado, o que significa que os eventos são causalmente necessários por condições antecedentes. Frankfurt argumenta que a chave para entender o livre-arbítrio e a responsabilidade moral está no conceito de "identificação voluntária" ou "volições de segunda ordem".

A abordagem de Frankfurt ao determinismo gira em torno do conceito de "necessidade volitiva", que ele define como uma situação em que um indivíduo é incapaz de agir de outra forma devido a restrições internas ou externas. Frankfurt argumenta que a necessidade volitiva não é incompatível com o livre-arbítrio e a responsabilidade moral. De fato, ele afirma que um indivíduo ainda pode ser moralmente responsável por suas ações, mesmo que seja incapaz de fazer o contrário devido à necessidade volitiva.

No entanto, pode haver circunstâncias que constituam condições o suficiente para que uma pessoa realize uma ação e que, portanto, impossibilitam que ela faça diferente, mas que não de fato obrigam a pessoa a agir ou de forma alguma produzem sua ação. Uma pessoa pode fazer algo em circunstâncias que a deixem sem alternativas sem que essas circunstâncias de fato a movam ou levem a fazê-lo (por certo, sem que elas tenham papel em levar a pessoa a fazer o que ela fizer).

A abordagem de Frankfurt desafia a noção tradicional de livre-arbítrio como a

capacidade de escolher o contrário em qualquer situação. Frankfurt desenvolve ainda mais sua abordagem através de seus famosos experimentos mentais conhecidos como "casos de Frankfurt". Esses casos envolvem cenários hipotéticos em que as ações de um indivíduo são causalmente determinadas, mas o indivíduo ainda é considerado moralmente responsável por suas ações.

Frankfurt usa esses casos para ilustrar que a presença de possibilidades alternativas ou a capacidade de fazer o contrário não é necessária para a responsabilidade moral. De acordo com Frankfurt, o que importa são as "volições de segunda ordem" de um indivíduo, ou seus desejos sobre seus próprios desejos. Na visão de Frankfurt, um indivíduo é moralmente responsável se suas ações se alinharem com suas "volições de segunda ordem", que são desejos de ordem superior que refletem sua verdadeira vontade ou eu autêntico.

Frankfurt argumenta que as volições de segunda ordem de um indivíduo podem se sobrepor aos seus desejos de primeira ordem, que podem ser influenciados por fatores externos ou circunstâncias além de seu controle. Por exemplo, se um indivíduo é coagido a realizar uma ação que vai contra seus desejos autênticos, Frankfurt argumenta que ele ainda pode ser moralmente responsável se suas volições de segunda ordem se alinharem com a ação coagida.

A abordagem de Frankfurt ao determinismo foi recebida com apoio e críticas. Os proponentes do compatibilismo elogiam as ideias de Frankfurt por fornecer uma compreensão matizada do livre-arbítrio e da responsabilidade moral que pode acomodar o determinismo. Eles argumentam que sua ênfase em volições de segunda ordem oferece um relato plausível da responsabilidade moral que não depende da presença de possibilidades alternativas.

O trabalho de Frankfurt também tem sido influente na formação de debates contemporâneos sobre livre-arbítrio e responsabilidade moral, com muitos filósofos envolvidos com suas ideias em suas próprias pesquisas. No entanto, a abordagem de Frankfurt também enfrentou críticas. Alguns filósofos argumentam que sua ênfase em volições de segunda ordem pode não ser suficiente para estabelecer a responsabilidade moral em face do determinismo. Eles alegam que a ausência de possibilidades alternativas ou a capacidade de fazer o contrário prejudica completamente o conceito de livre-arbítrio, e que a abordagem de Frankfurt não aborda adequadamente essa preocupação.

Os críticos também argumentam que os experimentos mentais de Frankfurt, embora esclarecedores, podem não capturar totalmente as complexidades das situações do mundo real, onde as influências e restrições externas são mais sutis e multifacetadas. Portanto, a

abordagem de Harry Frankfurt ao determinismo oferece uma perspectiva importante sobre a compatibilidade do livre-arbítrio e do determinismo, particularmente através de seu trabalho sobre compatibilismo. Seu foco em volições de segunda ordem e no conceito de necessidade volitiva desafia as noções tradicionais de liberdade e ação livre.

2.5.1 OS CASOS DE FRANKFURT

Os casos de Frankfurt são um grupo de experimentos mentais que visam desafiar a visão amplamente difundida de que a responsabilidade moral requer a capacidade de ter agido de forma diferente. Neste ponto, explicaremos como funcionam os casos de Frankfurt e quais implicações cada caso traz.

No caso original de Frankfurt, um agente chamado Jones é confrontado com uma decisão entre executar uma ação A ou uma ação B. No entanto, um interventor externo chamado Black está presente e tem o poder de garantir que Jones execute a ação A, independentemente de qual ação Jones teria escolhido de outra forma. Crucialmente, Black não precisa intervir, já que Jones escolheria realizar a ação A de qualquer maneira.

A questão-chave é se Jones é moralmente responsável por executar a ação A, já que Black poderia ter impedido Jones de executar a ação B. A implicação deste caso é que a responsabilidade moral não depende da capacidade de ter agido de forma diferente. Jones é moralmente responsável por realizar a ação A, mesmo que não tenha a capacidade de realizar a ação B. Isso ocorre porque a decisão de Jones de realizar a ação A foi consistente com seus desejos ou volições de segunda ordem.

No segundo caso de Frankfurt, um agente chamado Jones é confrontado com uma decisão entre executar a ação A ou a ação B. No entanto, Jones tem um desejo de segunda ordem para executar a ação A, e um interventor externo chamado Black está presente e pronto para garantir que Jones execute a ação A. Ao contrário do primeiro caso, Jones não precisa intervir porque o desejo de segunda ordem de Jones é suficiente para fazê-los realizar a ação A.

A implicação deste caso é que a responsabilidade moral pode depender da presença de desejos ou volições de segunda ordem. Jones é moralmente responsável por realizar a ação A, mesmo que não tivesse a capacidade de realizar a ação B, porque sua decisão era consistente com sua volição de segunda ordem., ou seja...

No terceiro caso de Frankfurt, um agente chamado Jones é confrontado com uma decisão entre executar a ação A ou a ação B. No entanto, a decisão de Jones é determinada causalmente por um fator externo, como um microchip implantado em seu cérebro. Jones

não tem capacidade de realizar a ação B, mesmo que quisesse. A implicação deste caso é que a responsabilidade moral pode depender da ausência de controle externo. Jones não é moralmente responsável por realizar a ação A, porque sua decisão não foi tomada livremente, mas sim determinada por um fator externo fora de seu controle.

Nos casos de Jones, Frankfurt introduz variações em que um agente chamado Jones tem fortes desejos ou compromissos que se alinham com o curso de ação desejado. Em uma versão, Jones tem um desejo de segunda ordem para executar a ação A, enquanto em outra versão, Jones tem um desejo de primeira ordem para executar a ação A exemplo real sobre. Em ambos os casos, as ações do agente são determinadas causalmente por fatores fora de seu controle. As implicações destes casos são semelhantes às do processo de Frankfurt.

A responsabilidade moral pode depender da presença de desejos ou volições de segunda ordem, mesmo quando as ações de um agente são determinadas causalmente por fatores fora de seu controle exemplo né?. Assim, os casos de Frankfurt desafiam a visão tradicional de que a responsabilidade moral requer a capacidade de ter agido de forma diferente. Eles ilustram a possibilidade de responsabilidade moral em situações em que as ações de um agente são determinadas causalmente e carecem de possibilidades alternativas, desde que suas ações sejam consistentes com seus desejos ou compromissos de segunda ordem.

O "Princípio das Possibilidades Alternativas", de Harry Frankfurt, tem sido um tópico central nas discussões em torno do livre-arbítrio e da responsabilidade moral há décadas. Embora seus argumentos tenham enfrentado algumas críticas, eles também ganharam várias defesas ao longo dos anos.

Uma das principais defesas do argumento de Frankfurt é a ideia de que ele oferece uma compreensão nova e mais matizada do livre-arbítrio. Em contraste com as visões tradicionais do livre-arbítrio que enfatizam a capacidade de fazer o contrário, Frankfurt argumenta que a capacidade de fazer o contrário não é necessária para que uma ação seja considerada livremente escolhida. Em vez disso, ele sugere que o importante é a vontade de segunda ordem do agente, ou o desejo de ter um desejo particular de primeira ordem. Essa ideia tem sido vista como um acréscimo valioso às discussões sobre o livre-arbítrio, proporcionando uma compreensão mais matizada do que significa agir livremente.

Outra defesa do argumento de Frankfurt é que ele oferece uma maneira de defender a responsabilidade moral mesmo nos casos em que as ações do agente são determinadas causalmente. Frankfurt argumenta que a responsabilidade moral não requer a capacidade de

fazer o contrário, mas sim a presença de certas vontades de ordem superior, como o desejo de ser uma pessoa moralmente responsável. Essa defesa tem sido vista como uma valiosa contribuição para o debate do livre-arbítrio, pois oferece um caminho para preservar a responsabilidade moral em um mundo determinista.

Além disso, o argumento de Frankfurt tem sido defendido sob o argumento de que é compatível com as descobertas científicas em psicologia e neurociência. Estudos têm mostrado que as ações das pessoas são frequentemente influenciadas por fatores além de seu controle, como fatores ambientais ou predisposições genéticas. O argumento de Frankfurt oferece uma maneira de conciliar essas descobertas com as visões tradicionais de livre-arbítrio e responsabilidade moral, que haviam sido questionadas pelas descobertas científicas.

Finalmente, alguns defenderam o argumento de Frankfurt com base no fato de que ele fornece um relato mais plausível da responsabilidade moral do que as visões tradicionais. O argumento de Frankfurt sugere que a responsabilidade moral não se baseia na capacidade de fazer o contrário, mas sim na presença de certas vontades de ordem superior. Essa visão tem sido vista como mais plausível do que as visões tradicionais, que têm sido criticadas por serem excessivamente exigentes e irrealistas.

Embora o argumento de Frankfurt tenha enfrentado críticas ao longo dos anos, ele também ganhou várias defesas. Essas defesas sugerem que o argumento de Frankfurt oferece uma compreensão nova e mais matizada do livre-arbítrio, fornece uma maneira de defender a responsabilidade moral em um mundo determinista, é compatível com as descobertas científicas e fornece um relato mais plausível da responsabilidade moral do que as visões tradicionais. Essas defesas destacam a contínua relevância e importância do trabalho de Frankfurt nas discussões sobre livre-arbítrio e responsabilidade moral.

A teoria do Princípio das Possibilidades Alternativas (PPA) de Harry Frankfurt tem recebido muita atenção e críticas na comunidade filosófica. Embora seus argumentos tenham sido influentes na formação do debate em torno do livre-arbítrio, há algumas deficiências que merecem consideração.

Uma crítica ao argumento de Frankfurt é que ele é muito restrito em seu escopo. Sua

teoria só se aplica aos casos em que há um único agente envolvido. No entanto, quando múltiplos agentes estão envolvidos, sua teoria torna-se mais complexa e menos aplicável. Isso limita a aplicabilidade de sua teoria e reduz seu significado geral.

Outra falha é que a teoria de Frankfurt assume que a responsabilidade moral é determinada pela capacidade de um agente de escolher o contrário. Essa suposição tem sido contestada por aqueles que argumentam que a responsabilidade moral não é determinada apenas pela capacidade de um agente de escolher o contrário, mas sim por uma interação complexa de vários fatores, incluindo circunstâncias externas e disposições pessoais.

Além disso, o argumento de Frankfurt é vulnerável à objeção de que ele se baseia fortemente na intuição em vez de evidências empíricas. As intuições são notoriamente não confiáveis e podem variar dependendo de fatores culturais, sociais e pessoais. Isso torna difícil confiar apenas nas intuições para fornecer uma base sólida para o argumento de Frankfurt.

Outra crítica ao argumento de Frankfurt é que ele pressupõe que um agente pode ser responsabilizado moralmente mesmo quando não tem possibilidades alternativas. Essa suposição tem sido contestada por alguns filósofos que argumentam que a responsabilidade moral requer a possibilidade de ações alternativas. Sem essa possibilidade, um agente não pode ser responsabilizado moralmente por seus atos.

Finalmente, o argumento de Frankfurt não aborda a questão da sorte ou acaso. A sorte pode afetar significativamente os resultados de nossas ações e pode estar fora do controle de um agente. Isso levanta a questão de como responsabilizar um agente por ações que são influenciadas pela sorte. Em conclusão, embora o argumento de Frankfurt tenha sido influente na formação do debate em torno do livre-arbítrio, ele não está isento de falhas. Seu escopo restrito, a confiança na intuição, a assunção de responsabilidade moral sem possibilidades alternativas e a incapacidade de abordar a questão da sorte são algumas das críticas que têm sido levantadas contra ela.

Para entender a estrutura de Frankfurt, é essencial compreender sua concepção de volições. Frankfurt postula que as volições estão enraizadas nos desejos, mas ele introduz uma distinção crucial. Enquanto os desejos de primeira ordem são nossas inclinações iniciais para

vários objetos ou resultados, as vontades de segunda ordem são desejos sobre nossos desejos. Refletem um nível mais elevado de autorreflexão, constituindo a nossa vontade autêntica.

As volições de segunda ordem implicam uma capacidade de autoavaliação, permitindo que os indivíduos deliberem sobre seus desejos e os endossem ou rejeitem com base em suas avaliações de ordem superior. Além disso, para Frankfurt, essas vontades de segunda ordem não são meras reflexões passivas, mas exercícios ativos de vontade. Elas envolvem a avaliação consciente de seus desejos, permitindo que os indivíduos os alinhem com seus julgamentos ponderados do que é valioso e moralmente significativo. Nesse sentido, as volições de segunda ordem tornam-se um veículo para os indivíduos moldarem ativamente sua própria paisagem moral.

O conceito de personalidade de Frankfurt está intimamente entrelaçado com a noção de volições de segunda ordem. Para ele, o que distingue uma pessoa de um mero agente é a capacidade de possuir, refletir e agir de acordo com vontades de segunda ordem. Esse traço distintivo concede aos indivíduos o poder de moldar seus desejos conscientemente, alinhando-os com seus julgamentos ponderados do que é valioso e moralmente significativo.

Além disso, essa capacidade de autorreflexão e o endosso de vontades de segunda ordem implicam um nível de autonomia que é central para a concepção de personalidade de Frankfurt. Isso implica que os indivíduos têm a capacidade não apenas de agir de acordo com seus desejos, mas de moldar e endossar ativamente esses desejos de acordo com seus próprios valores e crenças. Dessa forma, Frankfurt coloca uma ênfase significativa no arbítrio individual e na autodeterminação em seu relato da personalidade.

As implicações das ideias de Frankfurt sobre as vontades e a personalidade se estendem aos domínios do livre-arbítrio e da responsabilidade moral. Segundo Frankfurt, a liberdade genuína não está na ausência de influências externas, mas no alinhamento dos desejos com suas vontades de segunda ordem. Essa perspectiva desafia as noções tradicionais de livre-arbítrio, abrindo novos caminhos para a compreensão de como os indivíduos fazem escolhas e têm responsabilidade moral.

Em essência, a estrutura de Frankfurt desafia a noção de que a liberdade é

determinada unicamente pela ausência de restrições externas. Em vez disso, postula que a verdadeira liberdade é encontrada na capacidade de agir de acordo com a vontade autêntica de alguém, mesmo quando confrontado com influências externas.

Essa perspectiva tem implicações significativas para as discussões em torno do livre-arbítrio e da extensão de nossa responsabilidade moral por nossas ações. O conceito de volições de segunda ordem de Frankfurt e sua associação de personalidade com agência autorreflexiva formam a pedra angular de sua filosofia moral. Essas ideias têm profundas implicações para nossa compreensão do livre-arbítrio, da responsabilidade e da tomada de decisões éticas.

A filosofia de Frankfurt encontra alguma ressonância com o imperativo categórico de Immanuel Kant. Ambos os filósofos enfatizam o papel da racionalidade na deliberação moral. O imperativo de Kant, que exige que os indivíduos ajam de acordo com princípios que poderiam querer para serem universais, alinha-se com a noção de Frankfurt de volições de segunda ordem como endossos racionais de desejos.

Em ambos os quadros, a reflexão racional desempenha um papel fundamental na determinação do valor moral das ações. Além disso, tanto Kant quanto Frankfurt destacam a importância da autonomia na tomada de decisões morais. Para Kant, agir de acordo com a própria vontade racional é central para o valor moral. Da mesma forma, as volições de segunda ordem de Frankfurt enfatizam a capacidade de os indivíduos refletirem e endossarem seus desejos de forma autônoma, reforçando a importância do autogoverno nas escolhas éticas.

As ideias de Frankfurt também se cruzam com a ética da virtude de Aristóteles. Ambos os filósofos destacam o cultivo de traços virtuosos de caráter como parte integrante da tomada de decisões éticas. As volições de segunda ordem de Frankfurt, de certa forma, podem ser vistas como um mecanismo para refinar o caráter, alinhando os desejos com o que é moralmente virtuoso. Esse alinhamento ressoa com a ênfase de Aristóteles no desenvolvimento de disposições virtuosas.

Além disso, tanto Frankfurt quanto Aristóteles enfatizam a importância da sabedoria prática na tomada de decisões éticas. Para Aristóteles, a sabedoria prática (prudência) é a

virtude intelectual que permite aos indivíduos discernir o curso correto de ação em situações específicas. Da mesma forma, a estrutura de Frankfurt implica que os indivíduos, através de sua capacidade de volições de segunda ordem, têm a capacidade de exercitar a sabedoria prática ao avaliar e endossar seus desejos.

A filosofia de Frankfurt tem pontos em comum com a noção de "vontade geral" de Rousseau. Enquanto Rousseau se concentra na tomada de decisões coletivas, a ênfase de Frankfurt na autorreflexão individual e no endosso dos desejos se alinha à ideia de que as volições autênticas surgem de uma reflexão genuína do que é melhor para o indivíduo.

Além disso, tanto Frankfurt quanto Rousseau lidam com a ideia de autenticidade na agência humana. Para Frankfurt, a autenticidade está ligada ao alinhamento dos desejos com as vontades de segunda ordem, refletindo a verdadeira vontade de um indivíduo. Da mesma forma, o conceito de vontade geral de Rousseau procura descobrir a expressão autêntica e coletiva dos valores e aspirações compartilhados da comunidade.

A filosofia de Frankfurt exhibe paralelos marcantes com filósofos historicamente significativos como Kant, Aristóteles e Rousseau. Essas ressonâncias ressaltam a relevância duradoura de suas ideias e sua capacidade de se envolver com debates de longa data na filosofia moral.

Os filósofos contemporâneos se envolveram amplamente com as ideias de Frankfurt sobre volições de segunda ordem e pessoalidade. Seu trabalho tem sido fundamental para remodelar as discussões sobre responsabilidade moral e livre-arbítrio. A estrutura de Frankfurt fornece uma lente valiosa através da qual se pode entender como os indivíduos navegam em dilemas morais e as complexidades da tomada de decisões éticas.

Além disso, a ênfase de Frankfurt nas volições de segunda ordem estimulou discussões frutíferas sobre a natureza do próprio desejo. Isso provoca uma reavaliação do que significa realmente querer algo e como esse ato de vontade se relaciona com nossos compromissos éticos e morais mais amplos. Dessa forma, o trabalho de Frankfurt não apenas contribuiu para discussões sobre agência e responsabilidade, mas também provocou importantes investigações sobre a própria natureza dos desejos humanos.

Embora as ideias de Frankfurt tenham ganhado reconhecimento, elas não foram

isentas de críticas. Alguns filósofos argumentam que sua estrutura pode ter dificuldades para lidar com dilemas morais intrincados ou explicar adequadamente as influências externas na tomada de decisões. Os críticos afirmam que as volições de segunda ordem podem não capturar toda a gama e profundidade da agência humana em contextos morais complexos.

Além disso, alguns críticos contestam a ênfase de Frankfurt na autonomia individual e na autorreflexão como centrais para a agência moral. Eles argumentam que essa perspectiva pode ignorar os fatores sociais e contextuais que influenciam nossos desejos e ações. Em essência, a crítica centra-se em saber se a estrutura de Frankfurt é excessivamente individualista e negligente com o contexto sociocultural mais amplo em que as decisões morais são tomadas.

A recepção e a crítica da obra de Frankfurt ressaltam o debate filosófico em curso em torno de suas ideias. Embora sua estrutura tenha, sem dúvida, feito contribuições significativas, os desafios persistem em acomodar plenamente os meandros da agência humana e da deliberação moral. Esse discurso animado exemplifica o dinamismo da investigação filosófica e a relevância duradoura das contribuições de Frankfurt.

Embora as ideias de Frankfurt tenham feito contribuições substanciais para a filosofia moral, elas não estão imunes à crítica. Alguns argumentam que sua estrutura pode ter limitações em capturar as complexidades da agência humana e da tomada de decisões morais. Essas críticas nos levam a refletir mais sobre a profundidade e o alcance de suas ideias. Em conclusão, o trabalho de Harry Frankfurt sobre as vontades de segunda ordem e a personalidade enriqueceu significativamente a nossa compreensão da filosofia moral. Embora tenha ressoado com várias tradições filosóficas e pensadores contemporâneos, continua a ser um assunto de debate vivo e exploração filosófica contínua. Isso ressalta a relevância duradoura das contribuições de Frankfurt para o campo.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, exploramos o *Princípio das Possibilidades Alternativas* (PPA) conforme proposto por Harry Frankfurt e sua relevância no debate entre determinismo e livre-arbítrio. Nosso objetivo foi avaliar se o argumento de Frankfurt é robusto e pertinente na discussão sobre a compatibilidade entre livre-arbítrio e determinismo. Harry Frankfurt desafia o PPA ao argumentar que a responsabilidade moral não requer a capacidade de agir de outra maneira.

Segundo ele, o que importa é que as ações de um indivíduo refletem seus desejos de segunda ordem, ou seja, seus desejos sobre quais desejos ele deseja ter. Os casos de Frankfurt demonstram cenários onde a responsabilidade moral é mantida mesmo sem alternativas genuínas de ação, sugerindo uma visão compatibilista interessante e inovadora.

Ao examinarmos o impacto e a aplicabilidade do argumento de Frankfurt, identificamos que ele oferece um quadro moral que pode trazer um grau adicional de compaixão, especialmente para indivíduos que sofrem interferências severas da comunidade ou do Estado, como pessoas com vícios graves ou criminosos.

A distinção moral proposta por Frankfurt, baseada na identificação com uma ação, não apenas se mostra relevante, mas também aborda de forma eficaz a questão da responsabilidade moral em um contexto determinista.

Uma das críticas centrais ao argumento de Frankfurt é que ele parece pressupor a existência do livre-arbítrio ao focar na formação de segundas volições. No entanto, essa crítica pode ser respondida ao considerar que a teoria de Frankfurt não necessita pressupor a liberdade absoluta, mas sim a capacidade de reflexão e autoidentificação como componentes essenciais da responsabilidade moral.

Essa capacidade de formar segundas volições pode ser vista como um processo inerente à natureza humana, onde as experiências individuais, cultura, genética e influências psicológicas moldam, mas não anulam, a habilidade de refletir sobre os próprios desejos e ações. Ademais, ao abordar a formação das segundas volições, Frankfurt nos mostra que, mesmo em um contexto determinista, os indivíduos ainda podem exercer uma forma significativa de liberdade.

A liberdade, nesse sentido, não é a ausência completa de causação, mas a capacidade de agir de acordo com desejos autênticos que refletem a verdadeira identidade do agente. Essa perspectiva redefine a liberdade de uma maneira que é compatível com a existência de influências deterministas, permitindo que a responsabilidade moral seja mantida.

A crítica de que a teoria de Frankfurt falha em fornecer uma base sólida para o livre-arbítrio é mitigada pela própria estrutura do seu argumento. Frankfurt não nega que nossas volições possam ser influenciadas por fatores externos, mas ele enfatiza que a responsabilidade moral surge quando agimos de acordo com nossas volições autênticas.

Isso implica uma compatibilidade prática entre determinismo e responsabilidade moral, onde a autenticidade das ações, mais do que a mera existência de alternativas, é o que realmente importa. Portanto, a argumentação de Frankfurt se mostra válida e oferece um quadro moral robusto e aplicável para pensar sobre a responsabilidade e a autonomia, mesmo dentro de um contexto determinista.

Seu modelo de volição nos ajuda a compreender melhor a complexidade das decisões humanas e a necessidade de compaixão em contextos de intervenção comunitária ou estatal. A abordagem de Frankfurt demonstra que, mesmo sem a comprovação definitiva do livre-arbítrio, podemos ainda afirmar uma forma significativa de liberdade e responsabilidade moral.

Em conclusão, o argumento de Harry Frankfurt nos ajuda a pensar sobre a responsabilidade moral de uma maneira que é aplicável e relevante no presente contexto filosófico e científico. Seu argumento oferece uma base sólida para a existência de uma liberdade autêntica, compatível com um universo determinista. A questão do livre-arbítrio, embora complexa, é abordada de forma eficaz por Frankfurt, proporcionando um entendimento mais profundo das interações entre causalidade, volição e moralidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO, S., **O Livre-Arbítrio**, Editora Paulus, São Paulo, 1995.
- AQUINO, S. T., **Suma Teológica, Vol. 1**, 3ª edição, Loyola Edições, São Paulo, 2009.
- _____, **Suma Teológica, Vol. 2**, 2ª edição, Loyola Edições, São Paulo, 2005.
- ARISTÓTELES, *Categories and De Interpretatione* (trad. ACKRILL, J. L.), Oxford Press, Inglaterra, 1963 (reimpressão 2002).
- _____, **Ética Nicomaquéa - Ética Eudemia**, BONET, J. P. (trad.), Editorial Gredos, Madri, 1985.
- AURELIO, M., **Meditações**, tradução de VIEIRA, A. P., Editora Montecristo, 2020.
- BURBANO, H. A., *Epigenetics and genetic determinism*, 2006. Disponível em
<<https://doi.org/10.1590/S0104-59702006000400004>>
- CICERO, M. T., *De Finibus Bonorum et Malorum*, RACKHAM, H (trad.), William Heinemann, Londres, 1914, arquivo digitalizado Google
- COSTA, D. V.-C. R. de M., & BETTO, Leite da Silva. (2018). **Die Struktur der Aktion im Denken von Hobbes. Für eine Verteidigung des Kompatibilismus**. Aufklärung: Journal of Philosophy, 5(3), p.39–54. <https://doi.org/10.18012/arf.2016.43793>
- DENNETT, Daniel. *Freedom Evolves*. Penguin Group, 2003
- DESCARTES, R., **Meditações Metafísicas**, GALVÃO, M. E. (trad.), Editora Martins Fontes, São Paulo, 2005.
- DINUCCI, A., *Introdução ao Manual de Epicteto*, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2012.
- DURAND, M.; SHOGRY, S.; BALTZLY, D., "Stoicism", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Edward N. Zalta e Uri Nodelman (eds.), 2023, URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2023/entries/stoicism/>>.
- FRANKFURT, H.; *The Importance of What We Care About*, Cambridge University Press, New York, 2007.

FREDE, M.; *A Free Will*, University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 2011.

GRAHAM, DANIEL W., "**Heraclitus**", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Edward N. Zalta e Uri Nodelman (eds.), 2023 URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/win2023/entries/heraclitus/>>.

GRAVER, M., "**Epictetus**", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Edward N. Zalta (ed.), 2021, URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2021/entries/epictetus/>>.

HACKING, Ian. **LA DOMESTICACION DEL AZAR - La erosión del determinismo el nacimiento de las ciencias del caos**. Gedisa, 1991.

HATFIELD, G., "**Rene Descartes**", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Edward N. Zalta e Uri Nodelman (eds.), 2024, URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2024/entries/descartes/>>.

HECHT, J.; *Freedom of the will in Plato and Augustine*, *British Journal for the History of Philosophy*, 2014

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Trad. de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOEFER, C.; **Causal Determinism**, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2024, URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2024/entries/determinism-causal/>>.

HUME, D.; *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*, tradução MARQUES, J. O. A., Editora Unesp, São Paulo, 2003.

_____; *Tratado da natureza humana*, tradução DANOWSKI, D, Editora Unesp, São Paulo, 2000.

JARED, Diamond. **Guns, Germs, and Steel: The Fates of Human Societies**. New York: Norton, 1997.

KAMTEKAR, R., "**Marcus Aurelius**", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Edward N. Zalta (ed.), 2018, URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2018/entries/marcus-aurelius/>>.

KANE, Robert. *The Significance of Free Will*, Nova York, Oxford University Press, 1996.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**, MATTOS, F. C. (trad.), Editora Vozes, 4ª edição, São Paulo, 2015.

KONSTAN, D., "**Epicurus**", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Edward N. Zalta e Uri Nodelman (eds.), 2022, URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2022/entries/epicurus/>>.

LAPLACE, P. S.; **Ensaio filosófico sobre as probabilidades**, Contraponto Editora Ltda., Rio de Janeiro, 2010

LAURENTI, C., **Determinismo, probabilidade e análise do comportamento**, 2008, disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2008000200003&lng=pt&nrm=iso>.

MCKENNA, M., e COATES, D.J., **Compatibilism**, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2021, disponível em <https://plato.stanford.edu/archives/fall2021/entries/compatibilism/>.

MERLUSSI, P.; **Textos Seleccionados de Metafísica**, Editora UFPel, Pelotas, 2021.

NADLER, S., "**Baruch Spinoza**", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Edward N. Zalta e Uri Nodelman (eds.), 2024, URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2024/entries/spinoza/>>.

O'CONNOR, T., e FRANKLIN, C., **Free Will**, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (2022), Edward N. Zalta e Uri Nodelman (eds.), 2022, disponível em URL=<<https://plato.stanford.edu/archives/win2022/entries/freewill/>>.

O'KEEFE, T., **Ancient Theories of Freedom and Determinism**, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2021.

PALMER, JOHN, "**Parmenides**", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Edward N. Zalta (ed.), Editora Saraiva, 2012. 2020, URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/win2020/entries/parmenides/>>.

PARMÊNIDES / SANTOS, J. T. (trad. e comentário), **Sobre a Natureza**, Editora Thesaurus, Brasília, 2000.

PASNAU, R., "**Thomas Aquinas**", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Edward N.

Zalta & Uri Nodelman (eds.), 2024, URL = <https://plato.stanford.edu/archives/sum2024/entries/aquinas/>.

PRUSKI, P., *Carnap's Logical Probability and Free Will Dilemma*, Jagiellonian University Institute of Philosophy, Cracow (Polônia), 2022, disponível em <https://www.scirp.org/journal/paperinformation.aspx?paperid=115412>

ROSE, Steven. *TRAYECTORIAS de VIDA - Biología, libertad, determinismo*. Ediciones Granica S.A, 2001.

SAMPAIO, A. A. S.; *Skinner: sobre ciência e comportamento humano*, 2005 Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1414-98932005000300004>

SAPOLSKY, Robert. *Behave: The Biology of Humans at Our Best and Worst*. Penguin Press, 2017.

SAPOLSKY, Robert. *Biology and Human Behavior: The Neurological Origins of Individuality*. The Teaching Company, 2005.

SCHOPENHAUER, A., *O Mundo como Vontade e Representação*. Trad Jair Barboza. Editora Unesp, 2005.

SKINNER, B.F.; *Sobre o behaviorismo*, tradução de VILLALOBOS, M. P., Editora Cultriz, São Paulo, 1974.

SPADE, P. V.; Panaccio, C., "William of Ockham", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Edward N. Zalta (ed.), 2019, URL = <https://plato.stanford.edu/archives/spr2019/entries/ockham/>.

SPINOZA, B., *Ética*, SILVA, T. T. (trad.), Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2009.

TORNAU, C., "Augustine of Hippo", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2024 Edition), Edward N. Zalta & Uri Nodelman (eds.), forthcoming URL = <https://plato.stanford.edu/archives/sum2024/entries/augustine/>.

VAN INWAGEN, P., *The Incompatibility of Free Will and Determinism*, 1974, disponível para download em <http://www.jstor.org/stable/4318929>

VIHVELIN, K., *Causes, Laws, & Free Will*, New York: Oxford University Press, 2013.